

Ânima Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Ânima Holding S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ânima Holding S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidados de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e à distância. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados e a Companhia oferece algumas modalidades de descontos e bolsas, integrais ou parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) exame de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; e) emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI para confirmação da comprovação de adesão do aluno ao referido programa; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados e (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria sobre a receita líquida, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.17 e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber

A apuração do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve subjetividade e alto grau de julgamento da diretoria da Companhia. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e avaliação do ambiente macroeconômico e setorial. A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) requer da diretoria da Companhia julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. Adicionalmente, em função do ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não estão mais matriculados, trazem maior risco de perdas nas contas a receber, o que requer que sejam firmados acordos para recuperação dos créditos vencidos e julgamento para a determinação da provisão para perdas esperadas com esses acordos, que engloba não somente os alunos inadimplentes, mas também aqueles que firmaram acordos para pagamento de parcelas vencidas, que podem não ser completamente honrados. Consideramos esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes pode resultar em variações significativas dessa estimativa em relação às perdas reais e esperadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes, incluindo: (i) avaliação da integridade da base de dados considerada na análise, através de testes amostrais; (ii) discussão com a diretoria a respeito das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) verificação da aderência à política de provisionamento estabelecida pela diretoria para toda a base de alunos; (iv) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do aging list, aplicação dos critérios definidos pela diretoria e testes da exatidão matemática dos cálculos da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber; (v) testes das premissas da diretoria da Companhia, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, considerando as condições atuais de mercado e as estimativas futuras ao final de cada período; (vi) confronto entre os valores apurados e contabilizados de provisão.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.5 e 6, são aceitáveis,

no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida

Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes de R\$ 3.235.253 mil e R\$ 1.503.954 mil, respectivamente, os quais estão registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (impairment).

Devido à alta subjetividade das estimativas necessárias à condução do referido teste de impairment por parte da diretoria para dar respaldo às principais premissas (tais como taxa de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade, crescimento de receita, base de alunos, valor das mensalidades, margem bruta, custos e despesas projetadas), bem como o valor contábil do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período explícito e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, base de alunos e mensalidades projetadas, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período explícito e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto e (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.6 e 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 27 de março de 2023 sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas

internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Tomas Menezes
Contador MG-090648/O

Aos acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 acompanhado das Demonstrações Financeiras deste exercício, em comparação com o exercício do ano de 2022.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia entende que é útil para os usuários das demonstrações financeiras apresentar o resultado de suas operações considerando-se determinados ajustes e reclassificações de caráter gerencial. Visando a clareza e transparência para com o leitor do Relatório da Administração, apresentamos no Anexo I deste relatório a reconciliação dessas informações de caráter gerencial com aquelas constantes das demonstrações financeiras.

Sobre a Ânima

Com o propósito de transformar o Brasil por meio da educação, a Ânima é o maior e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade do país, que reúne um portfólio de marcas valiosas e atua como um dos principais protagonistas de educação continuada na área médica. Temos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas do setor, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz na capacidade de conciliar escala com a oferta de um ensino de alta qualidade.

Formada por uma comunidade de aprendizagem com mais de 420 mil pessoas, composta por 405 mil estudantes e cerca de 17 mil educadores, distribuídos em 18 instituições de ensino superior e em mais de 700 polos de apoio por todo o território nacional. Nossas instituições: UNA, Anhembí Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UNIBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UNICURITIBA, FPB, Unisul, FASEH, UNIFG-PE e IBMR. Além de contar com a Inspirali que reúne todos os cursos de medicina do nosso Ecossistema.

Integradas ao Ecossistema Ânima estão as verticais especialistas em suas áreas, como HSM, HSM University, Ebradi (Escola Brasileira de Direito), Le Cordon Bleu (SP), SingularityU Brazil, BSP (Business School São Paulo), Cedepe, Gama Academy e Learning Village, primeiro hub de inovação e educação da América Latina, e o Instituto Ânima.

MISSÃO

Construir uma rede nacional de instituições de educação fundamentada e comprometida com a qualidade, inovação e avaliação do processo de aprendizagem e integrada à cultura regional.

VISÃO

Transformar o país pela educação, sendo referência em práticas inovadoras de aprendizagem e gestão, respeitando a pluralidade, a valorização das pessoas e o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

VALORES

Comprometimento, cooperação, reconhecimento, respeito, transparência e inovação.

PRINCÍPIOS

- TRANSFORMAÇÃO – transformar o país pela educação é o que nos move.
- O ALUNO – o aluno é o centro da escola e o professor é a sua grande inspiração.
- TECNOLOGIA – a tecnologia é um dos pilares do nosso projeto de transformação do país.
- CONFIANÇA – confiamos em nossas escolas e nossos filhos estudam nelas.

- INTERAÇÃO – em uma escola, até as paredes educam. A educação está em cada interação.
- LÍDERES – nossos líderes são empreendedores.
- FUTURO – o resultado não é um fim, mas o meio para se construir o futuro.
- A ÂNIMA – a Ânima é da Ânima.
- LIBERDADE E LEALDADE – entregamos o que prometemos com liberdade na discussão e lealdade na execução.

ECOSSISTEMA ÂNIMA: EDUCAÇÃO QUE HABILITA PARA O FUTURO!

Mensagem da Administração

Temos a honra de apresentar os resultados do último trimestre e do ano de 2023, que refletem o trabalho, a competência, e a paixão de milhares de educadoras e educadores, por transformar o país pela educação. Conseguimos dar os passos finais no processo de integração dos ativos brasileiros do grupo Laureate e, com isso, criar condições para canalizarmos nossas energias para **a essência de nosso negócio: nosso modelo acadêmico**, de forma coerente e alinhada com a dinâmica do mundo do trabalho em todas as suas perspectivas humanas e tecnológicas; fortalecer e ampliar o espaço de **nossas marcas** e seus atributos e força regional; e, cuidar de quem entrega nossa proposta de valor todos os dias: **nossas educadoras e educadores**.

Tais resultados demonstram, uma vez mais, a capacidade do nosso ecossistema de gerar, ano a ano, resultados consistentes e crescimento sustentável. Conseguimos, ao final de 2023, não apenas consolidar diversas mudanças que colocaram a Companhia em uma **trajetória sustentável de crescimento de margens e geração de caixa**, mas principalmente, tomarmos os aprendizados em torno da importância da **disciplina de execução**, que aliada à nossa **essência inovadora**, certamente nos levarão a resultados ainda melhores, não apenas na dimensão financeira, mas em todas aquelas essenciais para nosso negócio.

Com isso, encerramos o ano de 2023 com uma sólida melhora também em nossos resultados financeiros. O EBITDA ajustado ex-IFRS16 chegou a R\$ 923,5 milhões, demonstrando mais um trimestre com expansão de margem decorrente de melhora operacional de nossos negócios, especialmente no segmento Core. Nossa alavancagem foi reduzida, de forma orgânica e pelo segundo trimestre consecutivo, para 3,25x EBITDA ajustado ex-IFRS16, abaixo do limite de 3,5x contratado para dezembro de 2023.

Nosso segmento Core reforça sua capacidade de geração de valor com expansão de 1,8 p.p. no resultado operacional do ano, crescendo 2,7%, apesar da pequena queda na receita líquida de 2,3%. Esta expansão é fruto de diversos movimentos que se iniciaram ao final de 2022 e se concretizaram no 1S23, que envolvem a devolução de imóveis e maior integração das operações, reforçando o nosso modelo acadêmico E2A, ao entregar qualidade com escala e contínua busca de eficiência.

A Inspirali, nossa vertical de medicina, segue com sólidos resultados, evidenciados pela sua consistente capacidade de crescimento e geração de caixa. A receita líquida cresceu 15,5% no comparativo com 2022, com crescimento de base de alunos (+12,2%) e ticket (+2,9%), sendo que o ticket foi influenciado pelo efeito mix entre os segmentos Graduação e Educação Médica Continuada, ambos crescendo em termos reais no período. Adicionalmente, no final de 2023, houve a publicação do edital da terceira edição do programa Mais Médicos, ratificando a importância do avanço na formação de novos médicos no Brasil, e no qual temos confiança de que nosso papel será relevante, possibilitando a abertura de novas frentes orgânicas para o crescimento da Inspirali. Destacamos, ainda, o aumento de 100 novas vagas anuais em nossa Faculdade AGES de Medicina de Irecê. Com isso a Inspirali atinge um número total de 1.842 vagas totais anuais em suas escolas médicas, consolidando-se como um dos maiores prestadores de educação médica de qualidade.

Nosso ensino digital reforça seu posicionamento no ecossistema, com um importante crescimento de 24,6% da receita líquida, resultado de um crescimento de 12,4% na base de alunos e de 10,9% no ticket líquido consolidado, e já representando 7,2% da receita líquida consolidada. O ambiente regulatório do EAD vem passando por discussões importantes desde o final de 2022, em que o MEC vem sinalizando a restrição de oferta de cursos de saúde e licenciatura nesta modalidade. Acreditamos que esta é uma importante avenida para levar a educação aos lugares mais remotos de nosso país e que uma pauta focada na qualidade é benéfica para toda a sociedade. Seguimos acompanhando de perto estas discussões e os possíveis impactos em nossas operações.

É com esses resultados de 2023 que renovamos as energias e já encaramos 2024 como um ano de mais conquistas, com consistência, sobriedade, disciplina e foco na busca de resultados robustos e sustentáveis que agreguem valor a todos os nossos stakeholders.

Qualidade Acadêmica

O INEP/MEC fornece parâmetros sobre a Qualidade Acadêmica no País por meio dos resultados publicados regularmente, nos permitindo avaliar nossas conquistas a partir das ações que promovemos todos os dias dentro das nossas unidades, de forma comparável às demais instituições de ensino superior brasileiras.

ENADE

No final de outubro de 2023 o MEC divulgou o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) de 2022, o qual mede o desempenho dos formandos do ensino superior através de uma prova padronizada. O Ciclo do Enade de 2022 avaliou 26 cursos de graduação presencial e 24 cursos de graduação EAD. Destacamos a seguir a média das nossas notas, bem como o comparativo com outros grupos educacionais:

Concluímos o ciclo de 2022 com 17,8% dos nossos cursos avaliados com notas 4 e 5, em um ciclo que, ainda impactado pelos efeitos da pandemia do COVID19, registrou queda neste indicador para todo o setor de educação superior. No ciclo do Enade de 2022, nossas IES consolidadas apresentam maior proporção de alunos com conceitos superiores (4 e 5) do que as demais instituições privadas listadas, além do menor percentual de alunos com conceitos 1 e 2 entre estas instituições. Outro fator de destaque é que fomos a organização que mais cresceu em número de oferta de cursos (vs. 2018), e nos mantivemos como o melhor grupo educacional em variedade de oferta, cursos e estudantes.

Conceito Institucional

Conceito Institucional é uma nota atribuída à instituição de ensino com base em visitas *in loco* para avaliações da estrutura física e do plano de desenvolvimento institucional. A cada 10 anos (em média) as IES passam por reavaliação deste indicador. Em 2023, 14 instituições do Ecosistema Ânima passaram por este processo, obtendo uma significativa evolução das notas atribuídas anteriormente, com nenhuma nota inferior a 4, e 71% das notas, incluindo nossas maiores universidades, a São Judas e a Anhembí Morumbi, conquistando o conceito máximo: 5. Este resultado é fruto de um intenso trabalho de nossa equipe e do nosso compromisso com a oferta de educação de alto valor para nossos estudantes.

Desempenho Operacional

Base de alunos¹


Encerramos o ano de 2023 com base média de 405,5 mil alunos matriculados em nossos cursos, com destaque para o crescimento de 4,6% do Ensino Acadêmico, concentrado nas bases da Inspirali e do Ensino Digital, apesar de uma leve queda no Ânima Core de 3,4%. Este crescimento é fruto do amadurecimento dos cursos de medicina e de nosso ensino digital, também impulsionado pela implantação do ensino digital nas unidades integradas.

Evasão

Ao final de 2023 não verificamos impactos relevantes na evasão do trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, apresentando um leve aumento de 0,2p.p., que entendemos ser compensado pelos ganhos decorrentes do aprimoramento do processo de concessão e gestão de bolsas.

Ânima Core

A receita líquida do Ânima Core caiu 2,3% em 2023 vs. 2022, impactada principalmente pela queda de 2,1% na base de alunos no período. Entretanto, em um comparativo de semestres, nota-se uma desaceleração na queda da receita líquida do segundo semestre (-1,7% 2S23 vs. 2S22) em relação a queda no primeiro semestre (-2,9%, 1S23 vs. 1S22), reforçando o desempenho de estratégias aplicadas no 2S23.



No ano de 2023 a base média do ensino acadêmico, que inclui a graduação presencial, a pós-graduação *stricto sensu* e o ensino básico e técnico, foi de 219,0 mil alunos, uma redução de 3,6% na comparação com 2022. A queda da base no período em análise se deu, principalmente, dado que a atração dos cursos presenciais, apesar de uma leve recuperação, ainda não atingiu os mesmos níveis históricos pré-pandemia.

Em 2023 o ticket médio do Ensino Acadêmico apresentou crescimento de 1,0%, em relação a 2022. No entanto, destaca-se a evolução positiva do crescimento de ticket ao longo do ano, uma vez que no 4T23 houve crescimento de 3,7%, o que já é fruto da assertiva estratégia, implementada no 2S23, para otimização da política de bolsas concedidas. Tal estratégia resultou num crescimento do ticket líquido no 2S23 de 2,6% quando comparado com 2S22, revertendo a queda de ticket observada no 1S23.

No Lifelong Learning do Ânima Core, os cursos de pós-graduação registraram crescimento tanto na base de alunos média em 2023 (+10,5%), reflexo de um maior interesse nos cursos com maior sincronicidade ofertados pelo segmento Ânima Core em 2023, quanto no ticket médio (+5,7%) em comparação ao ano anterior.

No Lifelong Learning B2B, o desempenho da receita está atrelado a estratégias aplicadas que privilegiam otimizações em custos e despesas e que tem demonstrado resultados operacionais melhores.

A queda na base de alunos segue a tendência verificada ao longo do ano (queda de 3,8% no 3T23 x 3T22), no entanto, destacamos que a nossa estratégia de otimização da política de bolsas concedidas não vem causando impacto na evasão, com um pequeno aumento de 0,2p.p., fruto principalmente de uma base de alunos com um maior nível de calouros.

Ensino Digital

Em 2023 a receita líquida do Ensino Digital foi de R\$ 273,3 milhões, 24,6% maior em relação ao mesmo período do ano anterior (28,2% de crescimento 2S23 x 2S22) refletindo a consistência do crescimento da base de alunos e do ticket no período, proporcionados pelo processo de expansão do segmento. Verifica-se ainda um crescimento menor no repasse a polos de terceiros, uma vez que parte importante de nosso crescimento resulta da evolução do ensino digital em nossas unidades integradas, através de polos próprios.

Seguindo nossa estratégia de fortalecer o valor de nossas marcas, a expansão para algumas marcas integradas, anteriormente sem oferta ou com oferta limitada, foi essencial. Utilizamos a influência de nossa marca na região para impulsionar um crescimento com um ticket médio mais robusto.


Com isso, o ticket dos cursos de graduação Digital cresceu 24,8% no 4T23 vs. 4T22 e, no acumulado do ano, 12,2% vs. 2022. O crescimento do ticket está alinhado com nossa estratégia de valorizar a qualidade de nossas marcas, reforçando nossos diferenciais e confiança em nosso ensino.

Assim como já reportado em trimestres anteriores, a queda da base de alunos do Lifelong Learning do Ensino Digital está ligada a uma mudança de estruturação do nosso portfólio, onde cursos com características de estudo assíncrono estão passando por uma evolução do modelo curricular, utilizando o E2A para trazer uma melhor experiência de estudo aos alunos. Isto porque temos observado um maior interesse em cursos que apresentam maior sincronicidade (aulas “ao vivo,” – que são o caso no Lifelong Learning do Ânima Core).

Destacamos o crescimento de 19,1 mil alunos de graduação digital no final do ano 2023, levando a um crescimento de 17,8% da base de alunos em relação ao mesmo período do ano anterior, evidenciando a sustentabilidade de nosso crescimento com expansão de ticket. Destacamos também uma melhora de 3,6p.p. na evasão do trimestre em comparação com 4T22, refletindo a maior representatividade dos veteranos na base e a implementação do novo currículo, aliados ao avanço da nossa eficiência operacional.

Inspirali

A Inspirali, empresa que reúne os cursos de educação médica do Ecossistema Ânima, fechou 2023 com 11,7 mil alunos matriculados nos cursos de graduação de medicina, 8,0% maior do que a média de 2022. Apesar de não ser o principal do ano, o processo de captação de meio de ano recompôs a base de alunos impactada pela baixa evasão registrada no período e pelos alunos formandos no primeiro semestre do currículo legado dos cursos integrados.



Em relação ao ticket do ensino acadêmico da Inspirali, em 2023 observamos crescimento de 5,0%. vs 2022, enquanto na comparação do 2S23 vs 2S22 o crescimento do ticket foi de 5,9%, já contemplados nesse resultado os efeitos negativos do impacto das maiores deduções do FG-FIES.

Na Educação Médica Continuada (Parcerias *Greenfield*, IBCMED e MedPós) a Inspirali segue crescendo sua participação de forma consistente. Registramos uma base de 3,3 mil alunos, um crescimento de 30,2% na base de alunos do ano em comparação ao ano passado. O ticket médio dos cursos de Educação Médica Continuada cresceu 54,7% vs. 2022, refletindo a estratégia de focar em cursos com maior valor agregado.

O crescimento na base de alunos, ampliação do portfólio de cursos e reposicionamento de ticket impulsionaram a receita da Educação Médica Continuada para o crescimento de 101,3% vs. 2022. Esse crescimento está em linha com a estratégia da Inspirali de ampliar fortemente sua atuação junto a médicos e médicas, aumentando seu portfólio em especialidades e subespecialidades médicas, tanto por meio de novas parcerias com o sistema de saúde quanto com a aceleração do IBCMED como plataforma de expansão.

Assim, a receita líquida da Inspirali atingiu R\$ 1.253,0 milhões, um crescimento de 15,5% vs. 2022, com combinação de crescimento de volume e ticket tanto na Graduação quanto na Educação Médica Continuada. Esse resultado reafirma os sólidos fundamentos da educação médica, que são potencializados pelas vantagens competitivas da Inspirali, com destaque para seu alto padrão de qualidade acadêmica, ampla escala, marcas reconhecidas e localidades privilegiadas.

O efeito da captação via transferências de meio de ano, apesar de não ser o principal, recompôs a base de alunos impactada pela baixa evasão registrada no período e o índice de alunos formados, efeito das saídas semestrais de formandos, características do currículo legado dos cursos integrados, que operavam com dois ciclos de vestibulares por ano.

Dessa forma, apesar do efeito de formandos no meio do ano, a Inspirali cresceu a base de alunos em 6,4% vs. 2022, chegando a 11.534 alunos no final de 2023.

Importante destacar que no dia 18 de março último, a Seres/MEC publicou a Portaria nº 90 que concede à Faculdade AGES de Medicina de Irecê um aumento de 100 vagas, passando o referido curso de 50 para 150 vagas totais anuais. Com isso a Inspirali atinge um número total de 1.842 vagas totais anuais em suas escolas médicas, consolidando-se como um dos maiores prestadores de educação médica de qualidade.

Financiamento Estudantil

No segundo semestre registramos 6,8% dos novos alunos do Ensino Acadêmico presencial usando algum tipo de financiamento, com uma representatividade do FIES inferior a cada período, em razão de menor procura e adesão da modalidade pelos alunos. A modalidade privada, representada pela parceria com o Pravalier, apresentou uma queda em relação ao ano anterior devido a menor oferta na captação da modalidade Gestão (risco de crédito da Companhia), em linha com a estratégia de manter um menor número de alunos nessa modalidade, que contou inclusive com o movimento de venda da carteira no segundo semestre.

Assim, encerramos 2023 com 12,0% dos nossos alunos do Ensino Acadêmico presencial utilizando algum tipo de financiamento, coerente com nossa estratégia de conceder acesso a financiamento de forma seletiva. A redução de 0,2 p.p. vs. 2022.2 é decorrente da diminuição de alunos usando FIES (-1,5p.p. vs. 2022.2), parcialmente compensado pelo aumento no financiamento privado (1,3p.p. vs. 2022.2), resultado de nossa estratégia de parceria com o Pravalier como principal alternativa ao FIES – programa que, ao longo dos anos, vem apresentando menor adesão pelos estudantes. Do total da base de alunos da graduação, 1,3% são da modalidade Gestão (risco de crédito da companhia) vs. 2,7% no 4T22, sendo tal redução devido a venda desta carteira para o Pravalier, conforme anunciado no terceiro trimestre de 2023.

Desempenho Financeiro por unidade de negócio

Mantendo o ritmo do trimestre anterior, o 4T23 continuou a demonstrar um novo patamar de rentabilidade para as operações consolidadas da Ânima, alcançando um resultado operacional com 38,8% de margem (vs 31,4% no 4T22). Destacaremos nas seções a seguir os detalhes de cada um dos segmentos.

Ânima Core

O resultado operacional teve uma expansão de margem de 1,8p.p. no ano de 2023 (vs 2022), demonstrando a capacidade de nossos educadores de entregar resultados crescentes em um cenário macro ainda desafiador. Tivemos uma melhora de 2,1p.p. em nossos custos e despesas com pessoal, fruto de uma maior integração do modelo E2A e de reestruturações para maior sinergia em todas as unidades. Por outro lado, tivemos um aumento de 1,4p.p. nas despesas com marketing, decorrente de um encarecimento do preço dos leads digitais, além de um aumento de 2p.p. nas despesas com provisões de riscos.

Destacamos ainda o aumento de 11,5p.p. do resultado operacional no 4T23 vs 4T22. Este crescimento é derivado de uma redução nos custos com pessoal (-4,6p.p. vs 4T22) e serviços de terceiros e outros custos (-4,6 p.p. vs 4T22), fruto das reduções de *campi* que fizemos em 2023 e maior controle de gastos. Além disso, tivemos ganhos operacionais nas linhas de PDD (-2,0 p.p.), fruto de políticas de cobranças mais eficientes e redução do pessoal administrativo (-3,6 p.p.), enquanto as demais linhas representaram um crescimento de 3,4 p.p. Esse ganho operacional continua a refletir nosso compromisso em controlar custos e despesas.

Ensino Digital

Nosso ensino digital continuou em sua trajetória de expansão em 2023, com expansão de 0,7p.p. na margem operacional, resultante de ganhos no lucro bruto e em quase todas as linhas do G&A devido ao ganho de escala do segmento. Apresentamos também um aumento da PDD no período, efeito decorrente do amadurecimento do negócio em nossas unidades, onde o cálculo leva em consideração o histórico de perda e, com um negócio mais maduro, há o avanço dos clientes inadimplentes para faixas de perda com percentual maior de provisão.

Apresentamos também um crescimento de 6p.p. da margem operacional quando comparamos o 4T23 vs 4T22. Expansão decorrente principalmente de uma redução dos gastos com marketing (-19,4p.p.), em linha com nossa estratégia de concentração desses gastos nos trimestres ímpares. Tivemos também impactos negativos no resultado decorrente de ajustes contábeis para uma melhor apresentação do balanço patrimonial, resultando em um aumento pontual da PDD, fruto de recálculo da PDD anual, que impactou o resultado do 4T23 em R\$ 5,3 milhões.

Nosso segmento de Ensino Digital segue ganhando relevância em nosso portfólio combinando crescimento expressivo (+25%) com margens crescentes e em patamares saudáveis. A estratégia permanece sendo de implementação do Ensino Digital para ampliar nosso mercado e cumprir nosso propósito educacional de levar educação de qualidade para todo país, atingindo um público diferente do presencial.

Inspirali

A Inspirali continua, de forma diligente, sua trajetória de amadurecimento de controles e gestão compatíveis com o processo de estruturação da empresa, conforme os mais altos padrões de governança e requerimentos técnicos. O saudável resultado operacional no 4T23, com margem de 45,1%, já representa uma evolução de cerca de 0,7pp em relação ao 4T22. Este patamar reflete, de forma sustentável, a reversão do alto patamar de retenção do FG-FIES com efeito a partir do final do 1T23, além da contínua a evolução da operação da Inspirali e seu forte perfil de geração de caixa.

No ano de 2023, quando comparado ao ano anterior, observamos uma redução na margem operacional da Inspirali. Essa redução está relacionada a três fatores: (i) o impacto da nova política de retenção do FG-FIES que não ocorria desta forma na base de comparação e ainda sem o impacto do teto previsto na Lei 14.719/23; (ii) o previsto amadurecimento das vagas resultando em uma maior proporção de alunos no período do internato e (iii) o investimento mais elevado em marketing visando fortalecer a marca Inspirali e iniciativas de atração de alunos para os cursos de graduação e Educação Médica Continuada.

Desta forma, a Inspirali se apresenta como um importante veículo do Ecossistema Ânima para capturar as oportunidades de crescimento da educação médica, tanto via o mais recente edital do Mais Médicos e os projetos de implantação de novos cursos de medicina em avaliação no STF quanto via a aceleração e consolidação da Educação Médica Continuada.



Desempenho Financeiro Consolidado

RECEITA

Encerramos o 4T23 com um crescimento de 7,2% na Receita Líquida consolidada vs o 4T22, originado principalmente da Inspirali (17,6%) e do Ensino Digital (42,2%), pelas razões já apontadas de amadurecimento das bases de alunos e de uma eficaz estratégia de crescimento de ticket.

LUCRO E MARGEM BRUTA

Tivemos uma expansão de margem de 2,0p.p. no lucro bruto de 2023 vs 2022, alcançando R\$ 2,5 bilhões (crescimento de 8,1% vs 2022). Este crescimento é decorrente principalmente de nossa estratégia de otimização de nossas atividades operacionais, que envolveram: a) devoluções de imóveis em 2023, com concentração dos alunos em outros campi, trazendo maior ganho de escala e redução de custos; e b) maior integração entre as unidades com uma oferta acadêmica mais eficiente, trazendo ganhos no custo com pessoal. Estas últimas medidas passaram a serem implementadas ao longo do 1S23 e ficaram mais evidentes a partir do resultado do 3T23.

O 4T23 continua a demonstrar o importante trabalho que realizamos no ano de 2023 com o objetivo de melhoria da margem operacional. Demonstramos um incremento de margem Bruta de 7,2p.p. quando comparado com 4T22. Este ganho operacional está concentrado em uma maior integração de sistemas e amadurecimento do E2A em nossas marcas, gerando um ganho de eficiência em nossa oferta acadêmica e ocasionando redução de custo com pessoal no período.

As demais rubricas foram beneficiadas pela redução da quantidade de campi, concentrando nossas operações em *campi* mais eficientes e lucrativos.

RESULTADO E MARGEM OPERACIONAL


O resultado operacional cresceu 6,4% em 2023, com uma expansão de margem de 0,6p.p. Apesar do crescimento em nosso lucro bruto, tivemos fatores de pressão no nosso G&A, concentrados substancialmente no primeiro semestre do ano em: a) um aumento das despesas comerciais ano contra ano, especialmente na linha de marketing, que cresceu 14,4%, decorrente de um aumento de preço das provedoras de leads digitais, um cenário mais competitivo e um investimento no posicionamento de marca da Inspirali; e b) um aumento de despesas com provisões no período, fruto da materialização de contingências advindas das unidades adquiridas em 2021, além de um maior volume de acordos finalizados dentro de 2023.

Em linha com as medidas adotadas ao longo do ano, o resultado operacional do 4T23 demonstrou, mais uma vez, o nosso foco na geração de valor para nosso negócio, com um incremento na Margem Operacional de 7,5 p.p. vs 4T22, fruto principalmente dos esforços que fizemos de controle do G&A, com iniciativas de reestruturações internas em busca de maior sinergia entre as áreas.

Nas despesas comerciais (PDD e Marketing), reportamos uma redução de 6,8% comparando 4T23 vs 4T22. Com relação à PDD, adotamos uma melhor estratégia de cobrança, focando nossos esforços e fazendo campanhas específicas para os alunos com maior probabilidade de pagamentos: oferecendo flexibilidade de pagamento a alunos matriculados e que estão assistindo aula. As despesas de Marketing refletem nosso compromisso com maior disciplina na gestão da rubrica e também são impactadas por movimento de maior peso nos trimestres ímpares e menor nos pares.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

No ano de 2023 alcançamos um EBITDA ajustado ex-IFRS16 de R\$ 923,5 milhões, representando um crescimento de 26,6% em comparação com 2022 e avanço de 4,2p.p. na margem, para 24,7%. O avanço da margem está diretamente relacionado às iniciativas adotadas para redução de custos e despesas, gerando um melhor controle do G&A, além de iniciativas de reestruturações internas em busca de maior sinergia entre as áreas, cujo impacto mais relevante se deu no segmento Core.



No 4T23 em comparação com o 4T22, observamos um aumento expressivo de 100,2% no EBITDA Ajustado ex-IFRS16. Além disso, destacamos a expansão de margem neste período, registrando um aumento de 10,3 p.p. Esses resultados refletem os impactos positivos, já destacados nas seções anteriores, tanto no lucro bruto quanto no resultado operacional.

A Companhia obteve margem EBITDA ex-IFRS 16 LTM (últimos 12 meses) recorde pelo sexto trimestre consecutivo, sendo a oitava evolução consecutiva - retomando uma gradual e consistente evolução dos resultados em uma janela longa de mais de 5 anos.

Não-recorrentes

As despesas não recorrentes em 2023 acumularam R\$ 124,3 milhões no EBITDA Ex-IFRS16, com impacto no caixa do período de R\$ 97,2 milhões. Tais desembolsos são decorrentes principalmente das iniciativas que realizamos para melhoria da eficiência operacional, que incluem:

- a) Multas de encerramento antecipado de contratos de aluguel no valor de R\$ 58,6 milhões (sendo R\$ 31,8 milhões com impacto caixa) ocasionados pela devolução de *campi* e um imóvel administrativo;
- b) Custos com desmobilizações dos imóveis devolvidos;
- c) Verbas rescisórias da reestruturação de folha acadêmica e administrativa;

Além de outros itens não-caixa:

- d) Reversão de *earn-outs* advindos da compra do IBCMED e UNIFG, que deixaram de ser devidos, e impactaram positivamente o resultado, e provisão para perdas no valor investido e em créditos relacionados à Gama Academy;
- e) Baixas contábeis de ativos relacionados à *campi* que foram devolvidos, mas que não tiveram efeito caixa no período, e outros ativos sem expectativa de rentabilidade futura.

No 4T23 o impacto de itens não recorrentes no EBITDA do período foi de R\$ 33,7 milhões, dos quais, R\$ 13,9 milhões tiveram impacto no caixa. Destacamos abaixo os principais itens do trimestre, relacionados à execução da agenda de desalavancagem e melhoria da geração de caixa:

- a) Devolução de um imóvel não operacional na cidade de São Paulo (SP), fruto da aquisição da Laureate. A devolução deste imóvel, efetivada em outubro de 2023, apesar de gerar uma multa de R\$ 10,2 milhões a ser paga em 29 parcelas mensais de aproximadamente R\$ 0,35 mil, ocasionará uma redução recorrente no aluguel mensal de aproximadamente R\$ 1,05 milhão;
- b) Adicionalmente, houve uma reclassificação contábil de um imóvel em Curitiba (PR), classificado inicialmente como imobilizado e reclassificado para ativo destinado à venda, em vistas da expectativa de conclusão do contrato de intenção de compra e venda firmado com terceiros. Este imóvel foi fruto da aquisição da Unisociesc em 2015 e já estava em negociação para venda, pendente apenas de alguns documentos para avanço no contrato de compra e venda. O ativo classificado como mantido para venda está mensurado pelo valor justo menos os custos da transação, com base no valor de venda do contrato de R\$ 32,7 milhões. A reclassificação contábil deste ativo gerou uma perda não-caixa que impactou o EBITDA em R\$ 9,8 milhões, sendo R\$ 7,3 milhões decorrente do valor justo da transação além de outras benfeitorias avaliadas em R\$ 2,5 milhões. Tal transação prevê um cronograma de recebimentos em 30 meses, sendo a primeira parcela no valor de R\$ 3,0 milhões prevista para recebimento até abril de 2024, e o saldo será recebido em 32 parcelas mensais de R\$ 0,9 milhão.

SINERGIAS

O Escritório de Transformação e Integrações (ETI), área formada após a aquisição das unidades em integração de junho/21, além de ter planejado a integração, monitora continuamente o processo de integração para garantir as capturas de sinergias anunciadas, que correspondem a um incremento de EBITDA de R\$ 350 milhões deflacionados até o quinto ano de integração. Ao final do 4T23 celebramos a captura de R\$ 413,0 milhões em 30 meses (entre junho/21 e dezembro/23), equivalentes ao incremento projetado, pelo que encerramos nessa apresentação de resultados o capítulo relativo a esse indicador.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido apresentou uma redução de R\$ 51,3 milhões, equivalentes a 6,5% em 2023 comparado a 2022. Nossa principal despesa - despesa de comissões e juros com empréstimos - avançou 14,3% no período, principalmente decorrente do aumento nominal da nossa dívida no 4T22 e que foi carregada para 2023. Além disso, outro ponto de destaque é a redução das despesas financeiras de arrendamento, fruto de nossas iniciativas de redução de imóveis.

A linha mais relevante das receitas financeiras é a do rendimento obtido das aplicações financeiras, que possuem liquidez imediata e estão atreladas ao CDI. Reportamos uma redução de 11,1% no 4T23 vs 4T22 decorrente, principalmente, de uma posição em caixa menor e da taxa SELIC menor no período. Destacamos também o aumento de 27,3% no ano, da receita com juros de mensalidades, mostrando nossa maior eficácia na cobrança e renegociação dos alunos inadimplentes.

Quanto às despesas financeiras, tivemos uma manutenção das despesas financeiras no período, apesar da queda da taxa de SELIC no segundo semestre de 2023. O incremento das despesas com juros entre o 4T23 e o 4T22 é decorrente de um saldo médio de endividamento maior no trimestre atual. No final de 4T22, tivemos a captação do CRI, de aproximadamente R\$ 800 milhões, que entrou apenas no final do mês de dezembro. Para 2024, a redução prevista do custo da dívida deve continuar impulsionando essa trajetória de redução da alavancagem nos próximos trimestres.

Além disso, continuamos a demonstrar uma redução na linha de despesa financeira de arrendamento, fruto da redução dos aluguéis durante o 1S23.

Realizamos importante trabalho ao longo dos últimos trimestres, diminuindo significativamente nosso custo da dívida e chegando a um spread de 2,4p.p. no final de 2023.

LUCRO E MARGEM LÍQUIDOS

Além dos fatores que já mencionamos em outras seções deste release, aprestamos uma redução na linha de depreciação & amortização, fruto de menor investimento em CAPEX e da redução do saldo do imobilizado decorrente da devolução dos *campi* no período.

Destacamos ainda que a linha “Participação dos acionistas não controladores” está relacionada substancialmente à participação do sócio minoritário em nossa controlada Inspirali. A redução, quando comparados os períodos, está diretamente ligada a efeitos não recorrentes no ano de 2022, referente a reversão dos saldos de imposto de renda e CSLL diferidos, que geraram um ganho contábil (não caixa) de R\$ 433,8 milhões, dos quais R\$ 222,5 milhões foram alocados às operações de medicina.

CAIXA E ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Em linha com a sazonalidade do nosso negócio, houve um aumento nominal da dívida líquida entre o 4T23 e o 3T23 de R\$177,8 milhões. Além do pagamento de dividendos a acionistas minoritários de controladas, que implicou em consumo de caixa de R\$56,1 milhões, a sazonalidade natural do ciclo de negócio implica em consumo de caixa no 4T, devido aos seguintes motivos: a) dinâmica de pagamentos de mensalidades, com negociações de atrasos nos trimestres ímpares e inadimplência maior nos pares; b) “evasão durante” que diminui a receita nos trimestre pares; e c) Pagamento do 13º salário e férias coletivas para o pessoal administrativo, pressionando o caixa do trimestre. Entretanto, cabe-se destacar que o crescimento nominal da dívida no 4T23 foi 23,8% menor que o mesmo período do ano passado, demonstrando a evolução positiva na geração de caixa.

Destacamos abaixo as principais iniciativas que contribuíram para a melhora deste indicador no 4T23:

- Geração de caixa operacional recorrente 84,8% maior que o 4T22, impactada pelas iniciativas operacionais de redução de custos e despesas;
- Significativa melhora do capital de giro, com destaque para a redução no prazo médio de recebimento em 12 dias;
- Investimentos em CAPEX 33,93% menor que o 4T22;
- Cessão de Direitos Creditórios ao Pravalier referente aos financiamentos privados da carteira de repasse garantido, no valor de R\$ 27,4 milhões.

CONTAS A RECEBER E PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO (PMR)

O item 'contas a receber líquido' encerrou o 4T23 com R\$ 766,5 milhões, redução de R\$ 82,6 milhões em relação ao 4T22, em decorrência das diversas medidas de gestão do capital de giro implementadas ao longo do Ano. No trimestre, verifica-se um aumento de R\$14,1 milhões, compatível com a sazonalidade do negócio.

A partir deste release, alteramos a forma de cálculo do PMR, passando a adotar como denominador a receita líquida dos últimos doze meses (UDM) ao invés da receita acumulada até o trimestre. Entendemos que esta metodologia de cálculo é mais eficaz por estar em linha com os efeitos causados pelo regime da competência contábil no contas a receber pois normaliza a sazonalidade inerente ao nosso segmento.

FLUXO DE CAIXA

Finalizamos o ano de 2023 com um consumo de caixa de R\$ 492,2 milhões enquanto no ano de 2022 houve um aumento de caixa de R\$ 961,3 milhões, decorrentes principalmente do aporte de R\$ 1 bilhão feito em nossa subsidiária Inspirali.

A Geração de Caixa Operacional apresentou um aumento de 21,3% no ano de 2023 contra o ano de 2022 (89,6% comparando 4T23 vs 4T22). Esta variação é substancialmente decorrente de um crescimento de 9,8% no EBITDA do ano de 2023 vs 2022 (84,6% 4T23 vs. 4T22) e da redução dos gastos com aluguéis em 9%.

Além disso, podemos notar uma melhora significativa do capital de giro, com uma redução de 54% no comparativo ano contra ano, fruto principalmente de nossas políticas de melhoria de capital de giro, que dentre outros indicadores, resultaram em uma redução do prazo médio de recebimentos de 12 dias. Destacamos também uma redução do CAPEX no período, conforme já indicado.

Por fim, destacamos as atividades de financiamento, que consumiram R\$ 1,2 bilhões de caixa em 2023 (aumento de R\$ 711,5 milhões em 2022). O aumento no consumo de caixa está relacionado principalmente a um encarecimento do custo da dívida decorrente do aumento da taxa média SELIC em 2023 (13,3% a.a.) vs 2022 (12,1% a.a.). Além disto, tivemos um saldo líquido de R\$ 379,0 milhões de amortizações de dívidas, enquanto em 2022 tivemos uma captação de R\$ 321,9 milhões.

INVESTIMENTOS (CAPEX)

Finalizamos o ano de 2023 com investimentos consolidados de R\$ 190,5 milhões, uma redução de R\$ 20,4 milhões frente a 2022, evidenciando o potencial de assertividade nos investimentos em CAPEX, aliando ganhos de diluição frente a escala da Companhia bem como menor quantidade de *campi*.

A prioridade de CAPEX da Companhia continua sendo investimentos em Sistemas e Tecnologia, focando na Transformação Digital como investimentos fundamentais para garantir novas fontes de eficiência e inovação.

O crescimento da linha de “Obras e benfeitorias” está relacionado com o movimento de devolução de imóveis que ocorreu ao final de 2022 e ao longo do primeiro semestre de 2023. Estes investimentos foram necessários para a readequação dos *campi* que acomodaram os alunos transferidos para um contexto de maior hibridez, com mais espaços de convivência e uso de laboratórios ao invés de salas de aula tradicionais, gerando melhor ensalamento e uso variável de presencialidade e tecnologia síncrona.

A Companhia segue com seu foco na desalavancagem operacional, sendo disciplinada nos investimentos em CAPEX, mas sem deixar de realizar investimentos nas unidades físicas, pois entendemos que uma experiência acadêmica de qualidade é o alicerce do crescimento sustentável de longo prazo.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social diminuído da reserva legal. Em 2023 o Resultado Líquido Contábil da Contraladora totalizou um prejuízo de R\$329,6 milhões, pelo que não serão distribuídos dividendos nesse exercício.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes passou a atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, a partir da revisão das informações trimestrais relativas ao primeiro trimestre de 2023, em substituição à empresa PricewaterhouseCoopers Auditores. Informamos que a Ernst & Young Auditores foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: exame dos balanços patrimoniais da Companhia dos exercícios a findarem em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os balanços patrimoniais consolidados da Ânima Holding S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em conjunto com a auditoria anual, a revisão das informações financeiras trimestrais da Ânima Holding S.A. em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, 2024 e 2025. Essa revisão será realizada de acordo com normas do CFC e IAASB. Os honorários relativos a esses trabalhos em 2023 foram de R\$ 1.695.800,00 e que representa os honorários de serviços de auditoria externa.

A Companhia adota determinados procedimentos para evitar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos referidos Auditores Independentes, conforme a sua Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, de forma que: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nos termos da Resolução CVM nº 23/21, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Declaração da Diretoria Executiva

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e os Diretores da companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

Reconciliação DRE 2023

Consolidado Ânima Valores em R\$ (milhões)	2023					
	DRE Gerencial	Deprec. & Amort.	Corporativa	Multa & Juros Mens.	Itens Não Recor.	DRE Societária
Receita Bruta	7.647,0				0,0	7.647,0
Descontos, Deduções & Bolsas	(3.767,5)				0,0	(3.767,5)
Impostos & Taxas	(146,5)				0,0	(146,5)
Receita Líquida	3.732,9	0,0	0,0	0,0	0,0	3.732,9
Total de Custos	(1.274,4)	(203,7)	0,0	0,0	(40,7)	(1.518,8)
- Pessoal	(915,3)				(40,7)	(956,0)
- Serviços de Terceiros	(114,5)				0,0	(114,5)
- Aluguel & Ocupação	(70,0)	(203,7)			(0,0)	(273,6)
- Outras	(174,6)				(0,0)	(174,6)
Lucro Bruto (excluindo deprec. /amort.)	2.458,5	(203,7)	0,0	0,0	(40,7)	2.214,1
Despesas Comerciais	(464,3)	0,0	0,3	0,0	0,0	(464,0)
- PDD	(192,4)		0,2		0,0	(192,2)
- Marketing	(271,9)		0,1		0,0	(271,8)
Despesas Gerais & Administrativas	(466,0)	(330,9)	(171,7)	0,0	(171,8)	(1.140,4)
- Pessoal	(310,1)		(202,3)		(14,7)	(527,1)
- Serviços de Terceiros	(111,4)		(98,8)		(13,0)	(223,2)
- Aluguel & Ocupação	3,3	(330,9)	(3,4)		(7,7)	(338,8)
- Outras	(47,7)		132,8		(136,4)	(51,3)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(25,0)	0,0	(147,3)	0,0	94,4	(77,9)
- Provisões	(43,6)		0,0		0,0	(43,6)
- Impostos & Taxas	(3,5)		(7,9)		(2,0)	(13,5)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	22,2		(139,4)		96,4	(20,8)
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	23,6		0,0	(23,6)	0,0	0,0
Resultado Operacional	1.526,8	(534,6)	(318,7)	(23,6)	(118,2)	531,8
- Despesas Corporativas	(318,7)		318,7			0,0
EBITDA Ajustado	1.208,1	(534,6)	0,0	(23,6)	(118,2)	531,8
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(23,6)		0,0	23,6	0,0	0,0
(-) Itens Não-Recorrentes - EBITDA	(118,2)				118,2	0,0
EBITDA	1.066,4	(534,6)	0,0	0,0	0,0	531,8
Depreciação & Amortização	(534,6)	534,6			0,0	0,0
Equivalência Patrimonial	(6,9)				0,0	(6,9)
EBIT	524,9	0,0	0,0	0,0	0,0	524,9
Resultado Financeiro Líquido	(742,8)				0,0	(742,8)
EBT	(217,9)	0,0	0,0	0,0	0,0	(217,9)
Imposto de Renda & CSLL	4,7				0,0	4,7
Resultado Líquido	(213,2)	0,0	0,0	0,0	0,0	(213,2)
Participação dos acionistas não controladores	116,5				0,0	116,5
Lucro Líquido, após part. de não controladores	(329,6)	0,0	0,0	0,0	0,0	(329,6)

Ânima Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	62	201.240	139.411	422.431
Aplicações financeiras	5	20.584	214.517	765.834	988.199
Contas a receber	6	-	-	722.121	791.593
Adiantamentos diversos		1.356	4.308	31.489	55.260
Impostos e contribuições a recuperar	7	9.678	3.035	62.673	77.156
Direitos a receber por aquisições	9	-	-	43	3.067
Contas a receber com partes relacionadas	24	57.935	179.243	336	335
Dividendos a receber	24	57.626	103.937	-	-
Outros ativos circulantes		9.584	19.140	16.577	41.548
		156.825	725.420	1.738.484	2.379.589
Ativos mantidos para venda	11	-	-	32.000	-
Total dos ativos circulantes		156.825	725.420	1.770.484	2.379.589
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	5	79.223	66.000	79.223	66.000
Contas a receber	6	-	-	44.400	57.486
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	8.695	49.042	27.328
Direitos a receber por aquisições	9	-	-	256.322	248.616
Depósitos judiciais	17	489	93	149.504	143.801
Créditos com partes relacionadas	24	14.600	85.806	13.055	36.189
Outros ativos não circulantes		-	-	6.773	5.779
Investimentos	10	3.863.854	4.001.943	36.072	42.642
Imobilizado	11	4.991	5.952	552.507	618.658
Direito de uso de arrendamentos	12	-	-	1.073.872	1.310.352
Intangível	13	118.276	148.279	5.624.223	5.795.654
Total dos ativos não circulantes		4.081.433	4.316.768	7.884.993	8.352.505
TOTAL DOS ATIVOS		4.238.258	5.042.188	9.655.477	10.732.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores		17.647	20.017	176.692	209.813
Contas a pagar com partes relacionadas	24	41.176	60.144	168	167
Arrendamentos a pagar	12	-	-	144.371	172.747
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	266.613	727.195	875.973	885.446
Obrigações sociais e salariais	15	28.708	22.792	204.724	168.336
Obrigações tributárias		4.463	5.654	53.347	53.619
Adiantamentos de Clientes		-	656	114.477	108.992
Parcelamento de impostos e contribuições		-	-	13.540	13.700
Contas a pagar por aquisições	16	-	2.189	28.477	115.667
Derivativos	25	4.156	2.623	4.156	2.623
Dividendos a pagar		-	-	21.708	30.208
Outros passivos circulantes		3.654	3.769	54.544	60.123
Total dos passivos circulantes		366.417	845.039	1.692.177	1.821.441
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Arrendamentos a pagar	12	-	-	1.159.595	1.333.951
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.292.283	1.119.559	2.921.129	3.224.715
Adiantamentos de clientes		-	-	16.415	12.968
Parcelamento de impostos e contribuições		-	-	44.689	54.056
Contas a pagar por aquisições	16	-	9.625	65.362	158.720
Débitos com partes relacionadas	24	122.323	271.793	73	148
Derivativos	25	29.096	18.366	29.096	18.366
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	64.974	74.440
Provisão para perdas em investimentos	10	12.495	97	12.495	97
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	17	582	238	665.570	722.002
Outros passivos não circulantes		10.577	14.124	126.559	109.722
Total dos passivos não circulantes		1.467.356	1.433.802	5.105.957	5.709.185
TOTAL DOS PASSIVOS		1.833.773	2.278.841	6.798.134	7.530.626
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18	2.451.660	2.451.660	2.451.660	2.451.660
Reserva de capital	18	25.163	39.079	25.163	39.079
Ajustes de avaliação patrimonial	18	(157.411)	(136.107)	(157.411)	(136.107)
Ações em tesouraria	18	(178.283)	(184.271)	(178.283)	(184.271)
Reservas de lucros	18	263.356	592.986	263.356	592.986
Total do patrimônio líquido		2.404.485	2.763.347	2.404.485	2.763.347
Participação de acionistas não controladores	19	-	-	452.858	438.121
		2.404.485	2.763.347	2.857.343	3.201.468
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.238.258	5.042.188	9.655.477	10.732.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto o lucro básico e diluído por ação

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	20	5.053	7.869	3.732.940	3.563.231
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	21	(33.901)	(65.596)	(1.518.816)	(1.508.841)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(28.848)	(57.727)	2.214.124	2.054.390
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas comerciais	21	-	(19)	(271.792)	(233.121)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	21	-	-	(192.236)	(194.496)
Despesas gerais e administrativas	21	(10.787)	(1.531)	(1.140.404)	(1.202.514)
Resultado de equivalência patrimonial	10	74.999	292.738	(6.892)	(14.342)
Outras (despesas) receitas operacionais	21	(85.517)	29.053	(77.898)	(31.816)
		(21.305)	320.241	(1.689.222)	(1.676.289)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(50.153)	262.514	524.902	378.101
Receitas financeiras		22.560	14.973	168.528	164.965
Despesas financeiras		(302.037)	(378.275)	(911.305)	(959.017)
Resultado financeiro líquido	23	(279.477)	(363.302)	(742.777)	(794.052)
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS		(329.630)	(100.788)	(217.875)	(415.951)
IRPJ e CSLL corrente	8	-	-	(4.930)	(6.385)
IRPJ e CSLL diferido	8	-	(1.462)	9.633	433.790
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(329.630)	(102.250)	(213.172)	11.454
Participação da controladora		(329.630)	(102.250)	(329.630)	(102.250)
Participação de acionistas não controladores	19	-	-	116.458	113.704
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	18	(0,87)	(0,27)		
PREJUÍZO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	18	(0,87)	(0,27)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(329.630)	(102.250)	(213.172)	11.454
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(329.630)</u>	<u>(102.250)</u>	<u>(213.172)</u>	<u>11.454</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À				
Participação da controladora	(329.630)	(102.250)	(329.630)	(102.250)
Participação de acionistas não controladores	-	-	116.458	113.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social					Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Reserva legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.569.625	(117.958)	33.421	(69.566)	(71.152)	18.791	17.951	-	2.381.112	31.249	2.412.361
Gastos com emissão de ações	-	(7)	-	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Ganho na mudança de participação em controlada	-	-	-	-	-	-	-	658.482	658.482	341.518	1.000.000
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.699	4.699
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	-	-	-	(66.541)	-	-	-	-	(66.541)	(22.180)	(88.721)
Remuneração baseada em ações	-	-	13.568	-	-	-	-	-	13.568	824	14.392
Realização do plano de opção de ações	-	-	(7.479)	-	7.479	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	(120.598)	-	-	-	(120.598)	-	(120.598)
Dividendos obrigatórios propostos e reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	12	12	(30.209)	(30.197)
Dividendos distribuídos	-	-	(431)	-	-	-	-	-	(431)	(1.484)	(1.915)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	556.244	(556.244)	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(102.250)	(102.250)	113.704	11.454
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.569.625	(117.965)	39.079	(136.107)	(184.271)	18.791	574.195	-	2.763.347	438.121	3.201.468
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.569.625	(117.965)	39.079	(136.107)	(184.271)	18.791	574.195	-	2.763.347	438.121	3.201.468
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	1.910	-	-	-	-	1.910	636	2.546
Aquisição de ações dos acionistas não controladores	-	-	-	2.773	-	-	-	-	2.773	(2.773)	-
Ganho (perda) em aumento de capital em controlada	-	-	-	(25.987)	-	-	-	-	(25.987)	25.987	-
Remuneração baseada em ações	-	-	6	-	-	-	-	-	6	-	6
Realização do plano de opção de ações	-	-	(12.921)	-	12.921	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	(6.933)	-	-	-	(6.933)	-	(6.933)
Dividendos distribuídos	-	-	(1.001)	-	-	-	-	-	(1.001)	(125.571)	(126.572)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	(329.630)	329.630	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(329.630)	(329.630)	116.458	(213.172)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.569.625	(117.965)	25.163	(157.411)	(178.283)	18.791	244.565	-	2.404.485	452.858	2.857.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do exercício		(329.630)	(102.250)	(213.172)	11.454
Ajustes:					
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	6/21	-	-	192.236	194.496
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	11/13/21	56.582	40.665	366.367	363.124
Amortização direito de uso de arrendamentos	12/21	-	-	168.064	209.884
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	11/13	3.331	1.207	22.730	15.391
Baixa direito de uso de arrendamentos	12	-	-	(25.041)	(11.248)
Multa entrega de imóveis	12	-	-	58.641	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(74.999)	(292.738)	6.892	14.342
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos		232.597	237.904	606.902	558.249
Baixa de custo de captação por antecipação pagamento de debêntures e taxa de antecipação	23	-	96.731	-	96.731
Extinção de crédito com controlada	10/21	40.476	-	-	-
Perda por <i>impairment</i>	21	42.166	-	42.166	-
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	17/21	406	134	51.555	(6.715)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	23	240	1.240	12.456	23.192
Despesa financeira de arrendamentos	12/23	-	-	154.840	182.766
Valor justo com derivativos		51.004	31.640	51.004	31.640
Valor Justo <i>Earn Out</i>		-	-	(69.497)	(1.032)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	8	-	1.462	(4.703)	(427.405)
Outros ajustes		6.581	7.434	12.847	15.287
		28.754	23.429	1.434.287	1.270.156
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber		121.308	(42.079)	(128.597)	(362.248)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		2.952	1.348	23.771	(11.051)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	17	(268)	(11)	(21.615)	(16.562)
Redução (aumento) de outros ativos		11.481	(11.834)	15.846	(33.025)
(Redução) aumento de fornecedores		(21.338)	56.195	(33.120)	23.859
(Redução) aumento de adiantamento de clientes		(656)	656	8.932	23.743
(Redução) aumento de provisão para riscos	17	(56)	(36)	(86.998)	(48.654)
(Redução) aumento de outros passivos		1.058	5.981	15.721	(24.478)
		114.481	10.220	(206.060)	(448.416)
Juros pagos		(221.577)	(198.935)	(723.188)	(587.665)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(4.269)	(6.122)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(78.342)	(165.286)	500.770	227.953
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuos com partes relacionadas - Concessões		(21.554)	(34.753)	(6.500)	(25.467)
Mútuos com partes relacionadas - Recebimentos		23.150	2.091	500	2.400
Aumento de capital em investida	10	(129.501)	(176.297)	(12.183)	(15.341)
Aumento de capital de acionistas não controladores		-	-	-	1.000.000
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos		-	-	-	(2.361)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(86.000)	-	-	-
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		108.768	-	-	-
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras		193.946	(129.505)	321.476	(607.137)
Rendimento de aplicações financeiras		(13.236)	(10.798)	(112.334)	(101.009)
Compra de ativo imobilizado	11	(542)	(690)	(92.877)	(84.654)
Compra de ativo intangível	13	(55.639)	(86.399)	(97.573)	(126.246)
Recebimento em transação intragrupo com ativo intangível	13	27.232	-	-	-
Dividendos recebidos		161.433	43.665	-	-
Alienação de investimento em controladas		-	2.227.773	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		208.057	1.835.087	509	40.185
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Mútuos com partes relacionadas - Captações		614.384	464.179	54	-
Mútuos com partes relacionadas - Amortizações		(600.730)	(363.779)	(129)	(2)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Captações	14	565.118	771.480	570.044	2.731.900
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Amortizações	14	(850.485)	(2.184.686)	(878.497)	(2.331.072)
Ganho (perda) com derivativos	23	(52.247)	(30.271)	(52.247)	(30.271)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas		-	(5.000)	(109.114)	(91.045)
Pagamento de arrendamentos	12	-	-	(135.835)	(171.944)
Pagamento de multa sobre entrega de imóveis		-	-	(31.856)	-
Aumento de capital (Custo de captação)		-	(7)	-	(7)
Dividendos pagos		-	-	(139.786)	(1.916)
Aquisição de ações em tesouraria		(6.933)	(120.598)	(6.933)	(120.598)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(330.893)	(1.468.682)	(784.299)	(14.955)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(201.178)	201.119	(283.020)	253.183
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	201.240	121	422.431	169.248
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	62	201.240	139.411	422.431
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(201.178)	201.119	(283.020)	253.183

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	20	5.276	8.308	3.879.478	3.711.144
Outras receitas		6.378	(1.971)	155.171	49.055
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	6/21	-	-	(192.236)	(194.496)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		(1)	-	(79.065)	(64.932)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(57.680)	18.442	(1.014.073)	(818.576)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(46.027)	24.779	2.749.275	2.682.195
Depreciação e amortização	21	(56.582)	(40.665)	(534.431)	(574.274)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		(102.609)	(15.886)	2.214.844	2.107.921
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	10	74.999	292.738	(6.892)	(14.342)
Receitas financeiras	23	22.560	14.973	168.528	164.965
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(5.050)	291.825	2.376.480	2.258.544
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		(5.050)	291.825	2.376.480	2.258.544
Pessoal					
Remuneração direta		19.222	4.737	1.051.005	1.064.980
Benefícios		1.071	920	87.139	81.935
FGTS		203	995	107.126	104.825
Bônus		-	34	-	460
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		1.335	7.411	251.950	(169.050)
Estaduais			-	51	46
Municipais		403	1.677	159.335	163.985
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	23	302.037	378.275	911.305	959.017
Aluguéis		309	26	21.741	40.892
Remuneração de capitais próprios		(329.630)	(102.250)	(213.172)	11.454
Prejuízo do período retido		(329.630)	(102.250)	(329.630)	(102.250)
Participação de acionistas não controladores		-	-	116.458	113.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ÂNIMA HOLDING S.A., ("Ânima" ou "Companhia"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ANIM3, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de Instituições de Ensino Superior ("IES"), demais instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e serviços de informação na Internet, como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de educação e inovação tecnológica.

A Ânima e suas controladas doravante serão referidas como "Grupo" para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

As controladas da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 2.3.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e aos pronunciamentos técnicos do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.2.1 Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Bases de consolidação e equivalência em investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Os exercícios sociais das controladas, coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da Controladora.

Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas, controladas em conjunto, e coligadas:

	Participação %	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Controladas (participações diretas)</u>		
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	45	45
Inspirali Educação S.A. ("Inspirali")	75	75
Rede Educacional do Brasil Ltda. ("Rede")	100	100
NS Educação Ltda. ("NS Educação")	100	100
<u>Controladas (participações indiretas)</u>		
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	41	41
A2S Tecnologia para Educação Ltda. ("A2S")	100	100
AGES Educação Ltda. ("AGES Educação")	100	100
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. ("Ages")	75	75
Associação Paraibana de Educação e Cultura Ltda. ("Aspec")	100	100
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	86	86
AMC Serviços Educacionais Ltda ("AMC")	86	86
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. ("Faseh")	64	64
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem estar Ltda. ("MedPós")	38	38
Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS ("Milton Campos")	100	100
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. ("UniFG")	47	47
CREFISO – Centro de Reabilitação e Condicionamento Físico Ltda. "Crefiso"	(iv) 47	47
FG Farmácia e Drogaria Ltda. ("FG Farmácia")	(iv) 47	47
Clinica Veterinária Unifg Ltda. (FG Veterinária")	(iv) 47	47
Cesuc Educação Ltda. ("Cesuc")	(iv) 100	100
CSS Educação Ltda. ("CSS Educação")	100	100
FACEB Educação Ltda. ("FACEB")	100	100
FACS Serviços Educacionais Ltda. ("Unifacs")	86	86
Faculdade de Desenvolvimento Rio Grande do Sul Ltda. ("Fadergs")	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	100	100

		Participação %	
		31/12/2023	31/12/2022
IBCMED Serviços de Educação S.A. ("IBCMED")	(i)	75	38
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC")		86	86
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. ("Inovattus")		86	86
Insegnare Educacional Ltda. ("Insegnare")		86	86
Instituto Ânima de Extensão Universitária Ltda. (Ânima Extensão)		86	86
Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. ("IBMR")		100	100
Instituto de Educação Unicuritiba Ltda. ("Unicuritiba")		100	100
Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. ("Unimonte")		100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. ("Politécnico")		100	100
ISCP – Sociedade Educacional Ltda. ("ISCP" ou "UAM")		86	86
Oresidente Serviços de Cursos Preparatórios Ltda. ("Oresidente")	(ii)	-	38
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")		86	86
Room Sistemas Interativos Ltda. ("Medroom")		75	75
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("Sobepe")		75	75
SOBEPE Educação Ltda. ("Sobepe Educação")		100	100
Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura Ltda. ("Socec")		100	100
Sociedade Catalana de Educação Ltda. ("Catalana")		100	100
Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda. ("UniRitter")		100	100
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("Sociesc")		86	86
Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. ("UNP" ou "Apec")		86	86
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")		100	100
<u>Controlada em conjunto (joint venture)</u>			
Le Cordon Bleu Ânima Ltda. ("LCB")		50	50
Vivae Educação Digital S.A. ("Vivae")		50	50
<u>Coligadas</u>			
Educa Itapevi		18	18
Gama Academy Treinamento Profissional S.A. ("Gama")	(iii)	56	56
Singularity Education Group ("Singularity")		4	4

- (i) Em 04 de julho de 2023, a controlada Inspirali Brasil assinou o contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, exercendo a opção da aquisição da totalidade de participação. A partir dessa data, a Inspirali passa a ter 100% de participação no capital do IBCMED.
- (ii) Em 1º de agosto de 2023, a controlada IBCMED incorporou as quotas da sua investida Oresidente.
- (iii) A Ânima possuía, em 31 de dezembro de 2023, 55,78% das ações da Gama, sendo 31,89% em ações preferenciais, sem direito a voto, e 23,89% em ações ordinárias.
- (iv) Empresas sem operação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.4 Reestruturação societária

Em linha com as iniciativas de fortalecimento das práticas de governança do Grupo e dos segmentos de negócio, em especial da Inspirali Brasil, a qual detém nossa vertical de Medicina, iniciou-se, em 2021, uma reestruturação societária que tem por objetivo estratificar os resultados de nossas verticais e segmentos de negócio e permitir que o Grupo avalie movimentos estratégicos para seus negócios (incluindo eventuais parcerias e/ou movimentos estruturados de mercados de capitais). Todos os processos da reestruturação societária foram realizados ao valor de custo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ocorreram os seguintes atos societários (apresentados em ordem cronológica):

- Brasil: Em 1º de novembro de 2023, foi realizada a cisão parcial da Brasil com a versão da parcela cindida de seu patrimônio para a AMC. O acervo cindido corresponde a R\$ 44.140.
- Brasil: Em 1º de novembro de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Brasil no importe R\$ 44.140, mediante a emissão de 1.910.012 (um milhão novecentas e dez mil e doze) novas ações ordinárias nominativas. As novas ações foram integralizadas, pela VC Network, mediante a transferência, para a Brasil, de 441.404 (quatrocentas e quarenta e uma mil, quatrocentas e quatro) quotas do capital social da AMC, passando assim a ser controladora de 100% das quotas da AMC.

2.5 Comparabilidade

A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 inclui os resultados integrais de todas as investidas do Grupo. A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não inclui os resultados integrais das investidas Oresidente e MedPós, que passaram a ser consolidados a partir de 1º de agosto de 2022 e 30 de novembro de 2022, respectivamente.

A leitura das informações financeiras deve considerar esses aspectos. Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, as contas do resultado, na data de aquisição das empresas adquiridas no exercício de 2022:

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado em 2022		Resultado anterior ao Consolidado (não auditado)	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Oresidente	01/08/2022	11	(2)	39	(1)
MedPós	30/11/2022	313	70	268	59

2.6 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de março de 2024.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS, DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA E JULGAMENTOS

3.1 Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são divulgadas abaixo:

3.1.1 Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota efetiva. Para as entidades operacionais participantes do PROUNI a alíquota efetiva é equivalente a zero e, para as entidades não participantes do PROUNI, a alíquota efetiva é de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

3.1.2 Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

3.1.3 Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor justo na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.1.4 Direito de uso de arrendamentos e arrendamentos a pagar

Os direitos de uso por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de

uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Desta forma, o Grupo adotou uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo *spread* (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Ânima, que é a taxa que a controladora Ânima pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Essas taxas levam em consideração a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da controladora Ânima, ajustadas para refletir as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato.

3.1.5 Perdas estimadas - contas a receber

A Companhia e suas controladas avaliam prospectivamente a estimativa para créditos de liquidação duvidosa associada às suas contas a receber. A metodologia aplicada considera se houve uma mudança significativa do risco de crédito.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9/CPC 48 para contas a receber de clientes, que exige que as perdas esperadas ao longo da vida sejam reconhecidas desde o reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos três anos (dois anos em 31 de dezembro de 2022). As taxas de perda históricas são então ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que podem afetar a capacidade dos alunos de liquidar os recebíveis. A Companhia e suas controladas analisam relatório setorial do mercado de educação, elaborado por empresa independente e, se necessário, ajusta as taxas históricas de perdas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, em termos gerais, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo.

3.1.6 Impairment de ativos não financeiros

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que as condições de recuperabilidade podem estar deterioradas. Outros ativos são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O *impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros os quais podem diferir daqueles esperados pela Administração.

4 PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário.

4.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas (via participações diretas ou indiretas) são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Saldo e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Lucros ou prejuízos acumulados" para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou *joint venture* ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são remensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

4.4 Ativos financeiros

4.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem.

Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio

do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

4.4.4 Impairment

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.4.6 Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher o método e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das estimativas para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

4.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários.

4.7 Ativos de indenização

São despesas ou indenizações de responsabilidade de ex-proprietários das empresas do Grupo ou relacionadas ao contrato de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado. Os ativos de indenização são contabilizados na rubrica "Direitos a receber por aquisições" do balanço patrimonial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

	Anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-34
Edificações	25-70
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Equipamentos de laboratórios	10
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de líquidos de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

4.9 Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de transação.

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

4.10 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças, polos EAD e ágio, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula.

Licenças, polos EAD e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

	Vida útil estimada (anos)
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	1,5 – 4,5
Acordo de não competição	8
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso;
- A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo;

- Há capacidade de usar o intangível;
- Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos; e
- Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos.

4.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

4.12 Combinação de negócios

O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- Valores justos dos ativos transferidos;
- Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido;
- Participações societárias emitidas pelo grupo;
- Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente; e
- Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida.

O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro.

A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

4.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

4.15 Provisões de processos judiciais

As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão para riscos.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante.

4.16 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

4.16.1 Corrente

Conforme descrito na nota explicativa 4.18.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

O imposto de renda e a CSLL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSLL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de imposto de renda e CSLL correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis

tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

4.16.2 Tributos Diferidos

Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é baseada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações.

O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido.

4.17 Reconhecimento de receita

4.17.1 Mensalidades

A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos *in company*, na forma de ensino

presencial e à distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software.

A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará, parcialmente, conforme condições contratuais vigentes, a primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos.

As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravalor antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como "Adiantamentos de clientes" e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico.

4.17.2 Eventos

As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos.

4.17.3 Outras receitas

Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado, pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses

serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento.

4.18 Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo

4.18.1 FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC").

Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal.

Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1).

O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros.

Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se

candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

4.18.2 PROUNI

O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

A Lei nº 14.350, publicada em 25 de maio de 2022, altera as Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 11.128, de 28 de junho de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Lei antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão:

- IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e
- PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia.

A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2023 e 2022.

4.19 Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros

cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas.

4.20 Arrendamento

As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo essa a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

Estados	% por prazos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 22 anos
São Paulo	11,31% a 13,50%	12,25% a 12,75%	13,00% a 14,03%
Minas Gerais	11,37% a 12,37%	10,37% a 12,69%	12,87%
Santa Catarina	10,31% a 12,56%	10,56% a 12,56%	10,81% a 12,81%
Bahia	11,50% a 13,65%	10,50% a 13,50%	11,00% a 13,00%
Goiás	12,44%	-	12,94%
Rio de Janeiro	-	13,50% a 13,90%	-
Rio Grande do Norte	8,24% a 13,25%	8,53%	-
Rio Grande do Sul	9,14% a 14,23%	7,18% a 13,61%	-
Pernambuco	10,95%	-	-
Pará	-	13,25%	-
Brasília	-	10,50%	-
Paraná	-	11,00%	-
Sergipe	-	-	13,00%

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador.

4.21 Distribuição de lucros

De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Para a controlada VC network, o estatuto determina a distribuição de 100% do resultado do exercício.

Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é provisionada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

4.22 Transações com partes relacionadas

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades.

4.23 Relatório de segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo. A apresentação dos segmentos é conforme segue:

- Inspirali Educação Médica – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- Ânima Core - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (*Stricto Sensu*) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.
- Lifelong Learning - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (*Lato Sensu*), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

4.24 Adoção de novas normas e práticas contábeis

Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data, que afete materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

4.25 Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir:

Alterações vigentes para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 - IAS 1)
- Acordos de financiamento de fornecedores (alterações ao IAS 7 e IFRS 7)
- Passivo de arrendamento em um Sale and Leaseback (alterações ao IFRS 16)

A data de vigência das alterações indicadas abaixo ainda não foi definida pelo IASB:

- Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (alterações ao CPC 36 - IFRS 10 e ao CPC 18 - IAS 28).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a lhe afetar. Ademais a Companhia não espera que a adoção das normas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5

CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	56	52	41.142	29.289
Aplicações financeiras - Operações	6	201.188	98.269	393.142
Total do caixa e equivalentes de caixa	62	201.240	139.411	422.431
Aplicações financeiras - Investimento				
Curto prazo	20.584	214.517	765.834	988.199
Longo prazo (a)	79.223	66.000	79.223	66.000
Total das aplicações financeiras	99.807	280.517	845.057	1.054.199

- (a) O valor classificado no ativo não circulante se refere a aplicações financeiras que servem como garantias de empréstimos contratados junto ao Banco do Brasil, detalhados na nota explicativa 14.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor do que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo.

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento, com liquidez imediata, que têm por objetivo alocar recursos em ativos financeiros de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade das cotas desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, médias percentuais entre 94,10% e 97,78% do CDI (entre 95,79% e 108,48% em 2022).

6

CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber mensalidades (a)	890.741	826.164
FIES - Financiamento estudantil (b)	104.687	136.130
Financiamentos (c)	251.292	384.099
Eventos	6.026	4.525
Sublocações, serviços e outros	104.191	81.370
Total	1.356.937	1.432.288
Perdas estimadas (d)	(590.416)	(583.209)
Total geral contas a receber	766.521	849.079
Ativo circulante	722.121	791.593
Ativo não circulante	44.400	57.486

- (a) Refere-se às mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos. Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas realizaram antecipação de recebíveis e cessão de direitos fiduciários, ambos provenientes de cartão de crédito. Os valores líquidos recebidos foram R\$ 246.347 e R\$ 84.937, respectivamente, e as taxas de desconto pela antecipação estão entre 1,02% e 1,35% ao mês e pela cessão

estão entre 1,03% e 1,30% ao mês. Ambas as operações não possuem direito de regresso.

- (b) Refere-se às mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.
- (c) Refere-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, em que o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas reais de financiamento podem variar de 0% a 3% ao ano conforme a modalidade do contrato do aluno, o qual é corrigido pela inflação. Esta rubrica é composta pelos saldos dos financiamentos relativos ao Pravalier Gestão, Fiages (Ages) e Unimais (Unicuritiba). O saldo também inclui o programa Facilita, modalidade de pagamento na qual o aluno ingressante paga o valor entre R\$ 49,00 e R\$ 119,00 nas primeiras mensalidades e a diluição da diferença para o valor integral dessas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas celebraram instrumento de cessão de direitos creditórios relativos a financiamentos estudantis. As cessões referentes a carteira da operação ex-medicina consideraram uma inadimplência média estimada de 17,9%, taxa de desconto de 20,9% ao ano, comissão de 1,5% e prazo médio de 17 meses da carteira vendida, enquanto a cessão referente a carteira das operações de medicina considerou uma taxa de desconto de 7,2% ao ano e prazo médio de 5 meses da carteira vendida, não houve incidência de inadimplência e comissão. Esta cessão não possui direito de regresso. Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor líquido recebido foi de R\$ 88.464 e baixa líquida relativa a esses financiamentos foi no montante de R\$ 89.384.

- (d) A Companhia e suas controladas constituem perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade de alteração nos percentuais de estimativa de perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, em que também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

Consolidado					
31/12/2023					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	361.019	(135.052)	37,41%	225.967	29,48%
Cartão de crédito	59.550	-	0,00%	59.550	7,77%
Fies	104.687	(7.060)	6,74%	97.627	12,74%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	184.297	(69.172)	37,53%	115.125	15,02%
De 91 a 180 dias	143.476	(46.634)	32,50%	96.842	12,63%
De 181 a 360 dias	164.233	(93.585)	56,98%	70.648	9,22%
De 361 a 720 dias	339.675	(238.913)	70,34%	100.762	13,15%
Total	1.356.937	(590.416)	43,51%	766.521	100,00%

Consolidado					
31/12/2022					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	411.420	(158.321)	38,48%	253.099	29,81%
Cartão de crédito	163.700	-	0,00%	163.700	19,28%
Fies	136.131	(9.652)	7,09%	126.479	14,90%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	161.837	(49.451)	30,56%	112.386	13,24%
De 91 a 180 dias	147.967	(51.666)	34,92%	96.301	11,34%
De 181 a 360 dias	135.632	(88.452)	65,21%	47.180	5,56%
De 361 a 720 dias	275.601	(225.667)	81,88%	49.934	5,88%
Total	1.432.288	(583.209)	40,72%	849.079	100,00%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação das perdas estimadas nos períodos é como segue:

Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	583.209	520.781
Perdas estimadas no período	192.236	194.496
Baixa Cessão Pravalor	(19.035)	-
Títulos baixados no período (i)	(165.994)	(132.068)
Saldo final	590.416	583.209

(i) Refere-se a títulos baixados na contabilidade, os quais estão vencidos há mais de dois anos.

7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF (a)	5.518	10.676	39.591	49.162
IRPJ/CSLL (b)	-	-	2.982	1.941
Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c)	-	-	51.380	39.638
PIS/COFINS/CSLL	4.052	927	13.406	9.389
Outros	108	127	4.356	4.354
Total	9.678	11.730	111.715	104.484
Ativo circulante	9.678	3.035	62.673	77.156
Ativo não circulante	-	8.695	49.042	27.328

- (a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras.
- (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de PER/DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para ajuste anual da apuração do lucro real.
- (c) Referem-se aos valores recuperáveis das IES que serão objeto de PER/DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela RFB.

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

8.1 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O cálculo do imposto de renda e da CSLL considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada sobre as diferenças entre bases contábil e fiscal. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera ser aplicável no período, quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo de tais instituições, é próxima a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão calculados às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, o registro contábil de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 1.409.917 (R\$ 1.066.818, em 31 de dezembro de 2022) e, no consolidado, o montante é de R\$ 5.269.225 (R\$ 5.662.974, em 31 de dezembro de 2022), não sujeitos a prazo prescricional.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Consolidado				
	Saldo inicial	Movimentação			Saldo final
		Constituição (amortização de crédito tributário)	Compensação imposto diferido passivo		
	31/12/2022				31/12/2023
Imposto de renda	-	9.003	(9.003)		-
Contribuição social	-	3.241	(3.241)		-
Total	-	12.244	(12.244)		-

	Consolidado				
	Saldo inicial	Movimentação			Saldo final
		Combinação de negócios	Constituição de crédito tributário	Compensação imposto diferido passivo	Baixa por reestruturação societária (a)
	31/12/2021				31/12/2022
Imposto de renda	1.075	78.005	35.164	(53.172)	(61.072)
Contribuição social	387	28.081	12.657	(19.141)	(21.984)
Total	1.462	106.086	47.821	(72.313)	(83.056)

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios, que deram origem a uma obrigação fiscal

diferida que será realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

Em 31 de dezembro de 2023, os tributos diferidos passivos estão apresentados pelo seu valor líquido, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, sendo, em geral, relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido consolidado.

A movimentação dos saldos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro, foi como segue:

	Consolidado				Saldo final
	Saldo inicial	Movimentação			
		Constituição (amortização) de	Compensação		
	31/12/2022	Combinação de negócio	crédito tributário	com imposto diferido ativo	
Imposto de renda	54.734	122	1.921	(9.003)	47.774
Contribuição social	19.706	45	690	(3.241)	17.200
Total	74.440	167	2.611	(12.244)	64.974

	Consolidado						Saldo final
	Saldo inicial			Movimentação			
				Reversão de			
			Amortização de	tributo diferido	Compensação	Baixa por	
	31/12/2021	Combinação	imposto diferido	sobre a mais	com Imposto	reestruturação	
		de negócio	sobre a mais valia	valia	diferido ativo	societária (a)	31/12/2022
Imposto de renda	449.089	3.688	(18.945)	(568)	(53.172)	(325.358)	54.734
Contribuição social	161.672	1.329	(6.820)	(204)	(19.141)	(117.130)	19.706
Total	610.761	5.017	(25.765)	(772)	(72.313)	(442.488)	74.440

- (a) A Pensare, que atuava única e exclusivamente como um holding intermediária da UAM, UNP e Unifacs, foi extinta através de sua cisão e imediata incorporação dos ativos cindidos por suas controladas (UAM, UNP e Unifacs). Após esta incorporação reversa essas três instituições passaram a ser diretamente controladas pela VC Network. Como consequência deste movimento societário não há mais diferença entre base contábil e base fiscal nessas três instituições e, portanto, não há mais saldos de tributos diferidos. Considerando que o movimento ocorreu em 1 de dezembro de 2022, todos os saldos passivos e ativos referentes ao Imposto de Renda e Contribuição social diferidos dessas três empresas foi baixado contra o resultado do exercício de 2022. Os critérios utilizados para a alocação dessa reversão entre os segmentos de negócio foram revisados por firma independente de auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Ânima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, além de terem sido discutidos e aprovados também pelos órgãos de governança da controlada Inspirali Brasil.

Importante destacar que, ainda que houvesse outras diferenças temporárias, como as três instituições são entidades operacionais participantes do PROUNI, diferentemente de sua antiga holding, a alíquota a ser empregada para constituição de tributos diferidos seria igual a zero, já que esta é a alíquota tributária esperada na eventual realização das diferenças temporárias tributáveis.

8.2 Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes de IRPJ e CSLL	(329.630)	(100.788)	(217.875)	(415.951)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	112.074	34.268	74.078	141.423
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	25.500	99.531	(2.343)	(4.876)
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	156.125	239.681
Créditos tributários não constituídos (b)	(116.588)	(133.648)	(244.672)	(243.380)
Baixa de IRPJ e CSLL diferido	-	-	-	359.432
Amortização do ágio	-	-	47.022	5.795
Perda por <i>impairment</i>	(14.336)	-	(14.336)	-
Outras adições e exclusões	(6.650)	(1.613)	(11.171)	(70.670)
IRPJ e CSLL calculados	-	(1.462)	4.703	427.405
IRPJ e CSLL corrente no resultado do período	-	-	(4.930)	(6.385)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do período	-	(1.462)	9.633	433.790
Ativo	-	(1.462)	12.244	(35.235)
Passivo	-	-	(2.611)	469.025
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	0,00%	-1,45%	-2,16%	-102,75%

- (a) Refere-se ao benefício das isenções fiscais do Imposto de Renda, da Contribuição Social, da COFINS e do PIS, em cumprimento ao disposto pela legislação do PROUNI (nota explicativa 4.16). Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.
- (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo perdas estimadas, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista a não existência de expectativa de sua realização.

9 DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Reembolsáveis por alienantes (a)	113.744	100.706
Ativos de indenização (b)	129.957	135.547
Empréstimos a terceiros (c)	12.664	15.430
Total	256.365	251.683
Ativo circulante	43	3.067
Ativo não circulante	256.322	248.616

- (a) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, HSM Brasil, IEDUC, Faceb, Catalana, Poli, Ages, Ages Educação, Unicuritiba, UniFG, UAM, APEC, Uniritter e IBMR provenientes de processos judiciais e parcelamentos fiscais pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser

compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários.

- (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 17), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. Parte significativa dos ativos de indenização teve origem na aquisição da UAM e será reembolsada pelos vendedores se, e quando, as provisões referentes aos processos judiciais se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados, os valores serão deduzidos do aluguel de imóveis que forem devidos aos vendedores, conforme previsto em contrato.
- (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários.

10 INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

As principais demonstrações financeiras das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

31/12/2023							
Controladas via participação direta e demais participações							
	Participação direta no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Demais participações (i)	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(-) Resultado de demais participações (i)	Resultado do período
VC Network (ii)	45%	4.692.832	267.134	2.615.728	1.809.970	602.164	(181.594)
Inspirali Brasil (iii)	75%	3.768.603	2.162.30	8	1.204.721	95.190	285.570
Rede Nordeste	100%	597.286	280.763	-	316.523	-	(36.114)
LCB	100%	472.698	(1.052)	-	473.750	-	14.030
Gama	50%	19.768	22.892	(1.562)	(1.562)	(2.431)	(2.431)
Vivae (iv)	56%	-	-	-	(10.934)	-	(4.462)
Anima Venture (v)	50%	-	-	-	13.117	-	-
Ágio Ages	-	-	-	-	11.602	-	-
	-	-	-	-	34.172	-	-
					<u>3.851.359</u>		<u>74.999</u>
				Investimentos	3.863.854		
				Provisão para perdas em investimentos	(12.495)		

- (i) Refere-se a participações em entidades controladas em conjunto e participação de acionistas não controladores.
- (ii) Refere-se à participação de 45% da Companhia no capital social da VC Network, que é representada por ações preferenciais que dão direito ao resultado líquido das operações não oriundas dos cursos de Medicina. Caso, no encerramento do exercício, o resultado das operações não relacionadas à graduação de medicina impacte a distribuição do resultado da VC Network, a Anima indenizará a Inspirali Brasil referente a este impacto e vice-versa. Os critérios de rateio para apuração dos resultados das operações na VC Network foram revisados por firma independente de auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Anima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, sendo também aprovados pelos órgãos de governança da Inspirali Brasil.

- (iii) Refere-se à participação de 75% da Companhia no capital social da Inspirali Brasil, que em 31 de março de 2022 teve as condições precedentes existentes no Contrato de Investimento assinado entre a Companhia e a DNA Capital Consultoria Ltda. e fundos de investimentos em participações sob sua gestão que previa, dentre outras condições, a conclusão da reestruturação societária no âmbito da Inspirali Brasil, a qual foi superada. Com isso o Fundo Genoma VIII efetuou aumento no capital social na Inspirali Brasil, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1.000.000, correspondente a 25% de seu capital social votante.
- (iv) Em 08 de abril de 2022 foi constituída a joint venture Vivae com capital social inicial de R\$ 12.000. E em agosto de 2022 ocorreu um aporte de R\$ 8.000, perfazendo um capital social total de R\$ 20.000. Essa joint venture entrou em fase operacional no final do primeiro trimestre de 2023.
- (v) Venture Capital criado, em 11 de julho de 2022, para investimento ao longo dos próximos 10 anos em startups das mais variadas especialidades. O fundo de investimento Ânima Venture deverá investir não somente em edtechs, mas também em startups de diferentes setores que permeiam o segmento de educação e buscam soluções ágeis transformacionais.

Seguem abaixo as controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

	31/12/2023						
	Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido	(-) Resultado de acionistas não controladores	Resultado do período
Faseh	74%	124.217	21.435	26.970	75.812	13.277	37.323
UniFG	55%	210.347	156.318	24.313	29.716	7.424	9.073
IBCMED (i)	100%	26.909	19.343	-	7.566	567	2.118
Inspirali Brasil	75%	3.768.604	2.162.308	401.575	1.204.721	95.190	285.570
				<u>452.858</u>		<u>116.458</u>	

- (i) Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil exerceu sua opção da aquisição dos 49% restante desta investida, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O resultado de acionistas não controladores corresponde ao resultado anterior a conclusão da operação de aquisição da participação integral do IBCMED.

Movimentação dos saldos no período:

	Saldo em 31/12/2022	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Perda por Impairment	Redução de capital (iii)	Ajuste de Avaliação Patrimonial (iv)	Ágio	Saldo em 31/12/2023
Ativo									
VC Network (ii)	1.902.968	192.543	(181.594)	-	-	-	(103.947)	-	1.809.970
Inspirali	1.167.943	-	285.570	(330.433)	-	-	81.641	-	1.204.721
Rede	435.411	88.612	(36.114)	-	-	(171.386)	-	-	316.523
NS Educação	431.016	28.704	14.030	-	-	-	-	-	473.750
Vivae	10.000	3.117	-	-	-	-	-	-	13.117
Ânima Venture	3.500	8.102	-	-	-	-	-	-	11.602
Ágio e alocações	34.069	-	-	-	-	-	-	103	34.172
	<u>3.984.907</u>	<u>321.078</u>	<u>81.892</u>	<u>(330.433)</u>	<u>-</u>	<u>(171.386)</u>	<u>(22.306)</u>	<u>103</u>	<u>3.863.855</u>
(Passivo)									
LCB	(97)	966	(2.431)	-	-	-	-	-	(1.562)
Gama (i)	17.036	-	(4.462)	-	(23.508)	-	-	-	(10.934)
	<u>16.939</u>	<u>966</u>	<u>(6.893)</u>	<u>-</u>	<u>(23.508)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.496)</u>
Total	<u>4.001.846</u>	<u>322.044</u>	<u>74.999</u>	<u>(330.433)</u>	<u>(23.508)</u>	<u>(171.386)</u>	<u>(22.306)</u>	<u>103</u>	<u>3.851.359</u>

- (i) No trimestre findo em 30 de junho de 2023, a partir da revisão estratégica conduzida no âmbito da gestão da investida Gama, que decidiu por reduzir seu escopo de atuação e consequente perspectiva de resultados, a projeção de resultados indicou que os ativos registrados relacionados a este investimento não são recuperáveis. Desta forma, foi realizado o *impairment* do ágio registrado pela aquisição da Gama e contabilizada uma estimativa para perda de recebíveis referente aos mútuos em aberto com a Gama (Notas explicativas 21 e 24).
- (ii) Em decorrência do acordo de indenização assinado entre a Companhia e Inspirali Brasil, a VC Network recebeu, da Ânima Holding, adiantamentos para futuro aumento de capital, um no montante de R\$ 86.000 em moeda corrente, e outro e no montante de R\$ 215.311, referente à cessão de dividendos a receber de suas controladas (Inspirali Brasil e Sobepe). Em setembro de 2023, foi realizada a devolução de parte destes adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$108.768, tendo sido o valor remanescente, R\$ 192.543, integralizado em 1º de novembro de 2023, conforme deliberado pela assembleia da VC Network na data, mediante aumento de capital, realizado com ágio na emissão de ações no valor de R\$188.994, gerando uma perda de R\$103.947 no investimento da Ânima Holding na VC Network.
- Ainda, como parte do acordo de indenização, foi realizada a extinção de crédito da Companhia com a Inspirali Brasil, no valor de R\$ 40.476, reconhecida diretamente no resultado do exercício (nota explicativa 21).
- (iii) Em 2021, através de uma operação de sale & leaseback, foram vendidos dois imóveis do campus da UniRitter pelo valor de R\$171.386. O valor foi recebido pela Controladora. Em 29 de setembro de 2023 foi realizada redução de capital e reservas da UniRitter e Rede para fazer a compensação do valor com a controladora.
- (iv) Refere-se aos efeitos de transações entre sócios, sobre o aporte de capital na VC Network e reflexo da aquisição da participação dos acionistas não controladores do IBCMED.

	Controladora								
	Saldo em 31/12/2021	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de Capital	Distribuição de Dividendos	Ajuste de preço	Reestrutur- ção societária (i)	Ágio em transação de capital (ii)	Saldo em 31/12/2022
Ativo									
VC Network	4.281.870	-	195	1.210	(25.267)	-	(2.355.040)	-	1.902.968
Inspirali Brasil	22.485	6.239	376.599	180	(86.347)	-	255.040	593.747	1.167.943
Rede	432.557	73.316	(70.571)	109	-	-	-	-	435.411
Gama	30.128	-	(13.048)	-	-	(44)	-	-	17.036
NS Educação	346.549	81.883	856	1.728	-	-	-	-	431.016
Vivae	-	10.000	-	-	-	-	-	-	10.000
Ânima Venture	-	3.500	-	-	-	-	-	-	3.500
Ágio e alocações	34.069	-	-	-	-	-	-	-	34.069
Total	5.147.658	174.938	294.031	3.227	(111.614)	(44)	(2.100.000)	593.747	4.001.943
(Passivo)									
LCB	(162)	1.359	(1.294)	-	-	-	-	-	(97)
Total	5.147.496	176.297	292.737	3.227	(111.614)	(44)	(2.100.000)	593.747	4.001.846

- (i) Refere-se à alienação da participação detida pela controladora na VC Network no montante de R\$ 2.100.000, bem como o aumento de capital da controladora na Inspirali Brasil com ações da VC Network.
- (ii) Refere-se ao reflexo da alteração da participação relativa da Companhia na Inspirali Brasil devido ao aporte de capital realizado pela DNA Capital e opção de compra da participação dos acionistas não controladores do IBCMED.

		Controladora			
		31/12/2023		31/12/2022	
Taxas anuais de depreciação		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	8.333	(6.912)	1.421	1.539
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	6.341	(3.803)	2.538	2.903
Móveis e utensílios	10%	1.983	(1.413)	570	704
Máquinas e equipamentos	10%	1.078	(706)	372	464
Outros	10% a 20%	671	(585)	86	113
Imobilizado em andamento	-	4	-	4	229
Total		18.410	(13.419)	4.991	5.952

		Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
Taxas anuais de depreciação		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	601.060	(346.954)	254.106	254.701
Edificações	1,43% a 4%	106.834	(37.275)	69.559	98.581
Terrenos	-	32.092	-	32.092	47.377
Máquinas e equipamentos	10%	174.333	(151.891)	22.442	30.417
Biblioteca e videoteca	10%	144.649	(128.175)	16.474	22.849
Móveis e utensílios	10%	192.705	(156.408)	36.297	44.497
Computadores e periféricos	20%	220.599	(200.077)	20.522	18.794
Equipamentos de laboratórios	10%	206.664	(131.599)	75.065	74.169
Outros	10% a 20%	39.741	(35.343)	4.398	5.438
Imobilizado em andamento	-	21.552	-	21.552	21.835
Total		1.740.229	(1.187.722)	552.507	618.658

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e do consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2023
Computadores e periféricos	1.539	504	(9)	(613)	-	1.421
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.903	-	-	(587)	222	2.538
Móveis e utensílios	704	29	-	(163)	-	570
Máquinas e equipamentos	464	-	-	(92)	-	372
Outros	113	6	-	(33)	-	86
Imobilizado em andamento	229	3	(6)	-	(222)	4
Total	5.952	542	(15)	(1.488)	-	4.991

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2022
Computadores e periféricos	1.706	503	(670)	-	1.539
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.269	-	(591)	225	2.903
Móveis e utensílios	860	25	(181)	-	704
Máquinas e equipamentos	563	-	(99)	-	464
Outros	45	90	(22)	-	113
Imobilizado em andamento	382	72	-	(225)	229
Total	6.825	690	(1.563)	-	5.952

Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	254.701	31.056	(11.813)	(50.372)	30.534	254.106
Edificações	98.581	-	-	(5.001)	-	69.559
Terrenos	47.377	-	-	-	-	32.092
Máquinas e equipamentos	30.417	1.523	(120)	(9.378)	-	22.442
Biblioteca e videoteca	22.849	6	(1)	(6.380)	-	16.474
Móveis e utensílios	44.497	3.504	(283)	(11.421)	-	36.297
Computadores e periféricos	18.794	9.998	(174)	(8.096)	-	20.522
Equipamentos de laboratórios	74.169	14.866	(589)	(13.381)	-	75.065
Outros	5.438	573	(25)	(2.019)	431	4.398
Imobilizado em andamento	21.835	31.351	(669)	-	(30.965)	21.552
Total	618.658	92.877	(13.674)	(106.048)	-	552.507

Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	259.887	17.171	(6.513)	(48.307)	32.453	254.701
Edificações	104.462	-	(155)	(5.151)	(575)	98.581
Terrenos	47.377	-	-	-	-	47.377
Máquinas e equipamentos	61.797	2.455	(1.879)	(21.471)	1.420	42.351
Biblioteca e videoteca	31.474	123	(1.241)	(7.542)	35	22.849
Móveis e utensílios	53.193	5.703	(1.427)	(13.123)	114	44.497
Computadores e periféricos	24.178	4.193	(19)	(9.791)	233	18.794
Outros	64.440	14.165	(285)	(10.635)	(18)	67.673
Imobilizado em andamento	14.785	40.844	(132)	-	(33.662)	21.835
Total	661.593	84.654	(11.651)	(116.020)	-	618.658

- (a) A controlada, PGP Educação, destinou o terreno e imóvel em Pinheirinho (Curitiba-PR), com valor contábil de R\$39.306, em 30 de novembro de 2023, para ativos mantidos para venda no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 18 de março de 2024 a escritura de compra e venda foi lavrada, finalizando assim a transação de compra e venda do referido ativo.

O ativo classificado como mantido para venda está mensurado pelo valor justo menos os custos da transação, com base no valor de venda do contrato de R\$ 32.000. Foi reconhecida uma perda por mensuração ao valor justo, no valor de R\$7.306, diretamente no resultado.

11.1 Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dada em garantia de processos judiciais e alguns empréstimos. Foram onerados as edificações e os terrenos do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$101.651 em 31 de dezembro de 2023 (R\$145.957, em 31 de dezembro de 2022).

Movimentações dos saldos

A seguir estão apresentadas as movimentações para o período findo em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2022	1.310.352	1.506.698	-
Adição e remensuração	77.328	77.328	-
Baixa	(145.744)	(170.785)	25.041
Pagamento	-	(290.675)	-
Pagamento de multas	-	(31.856)	-
Concessão pagamentos (ii)	-	(225)	225
Amortização	(168.064)	-	(168.064)
Despesa financeira	-	154.840	(154.840)
Despesa com multa (i)	-	58.641	(58.641)
Saldo em 31/12/2023	<u>1.073.872</u>	<u>1.303.966</u>	<u>(356.279)</u>
Circulante	-	144.371	
Não circulante	1.073.872	1.159.595	

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2021	1.382.681	1.556.878	-
Adição e remensuração	259.063	259.063	-
Baixa	(121.508)	(132.756)	11.248
Pagamento	-	(354.710)	-
Concessão pagamentos (ii)	-	(4.543)	4.543
Amortização	(209.884)	-	(209.884)
Despesa financeira	-	182.766	(182.766)
Saldo em 31/12/2022	<u>1.310.352</u>	<u>1.506.698</u>	<u>(376.859)</u>
Circulante	-	172.747	
Não circulante	1.310.352	1.333.951	

- (i) Valor referente às multas em decorrência das devoluções de imóveis das instituições UAM, UNP, FACS, Brasil, Ages, Sociesc e Vidam.
- (ii) Em decorrência da pandemia da COVID-19, o Grupo renegociou determinados contratos de aluguel e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma IFRS 16/CPC 06(R2) - "Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma de registrar, até 30 de junho de 2022, as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R\$ 4.543 diretamente no resultado do exercício, e não como uma modificação de contrato.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o período findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
	31/12/2023
2025	128.415
2026	114.424
2027	93.712
2028	91.285
Após 2028	<u>731.759</u>
Total	<u>1.159.595</u>

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período, projetando a inflação de 3,90% ao ano para 2024, 3,50% para os anos posteriores a 2025, conforme boletim Focus publicado em 29 de dezembro de 2023. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	31/12/2023		
	Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	1.073.872	1.125.041	4,76%
Passivo de arrendamento	1.303.966	1.360.558	4,34%
Despesa de amortização	(168.064)	(171.851)	2,25%
Despesa financeira	(154.840)	(158.206)	2,17%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

13 INTANGÍVEL

		Controladora			
		31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
	Taxas anuais de amortização				
Softwares	20%	217.961	(126.797)	91.164	115.161
Desenv. conteúdo EAD	33%	48.771	(24.848)	23.923	28.510
Cessão de Uso/Know-How	20%	7.096	(3.907)	3.189	4.608
Total		273.828	(155.552)	118.276	148.279

		Consolidado			
		31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
	Taxas anuais de amortização				
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>					
Ágio		3.235.253	-	3.235.253	3.235.370
Marcas e patentes	3,33%	562.971	(55.808)	507.163	526.230
Licença		1.384.611	-	1.384.611	1.384.611
Carteira de clientes	22% a 70%	587.919	(435.489)	152.430	295.338
Acordo de não competição	12%	2.098	(1.852)	246	493
Polos EAD		119.343	-	119.343	119.260
Material EAD	33% a 50%	4.175	(4.175)	-	737
Tecnologia	20%	8.449	(5.210)	3.239	4.928
		5.904.819	(502.534)	5.402.285	5.566.967
<i>Intangíveis reconhecidos pelo custo</i>					
Softwares	20%	402.290	(249.335)	152.955	143.141
Desenv. conteúdo EAD	33%	154.159	(98.827)	55.332	71.112
Credenciamento MEC	33%	21.770	(16.592)	5.178	5.108
Cessão de Uso/Know-How	20%	1.403	(1.360)	43	280
Intangível em desenvolvimento		5.240	-	5.240	4.437
Direitos Autorais	33%	7.098	(3.908)	3.190	4.609
		591.960	(370.022)	221.938	228.687
Total do intangível		6.496.779	(872.556)	5.624.223	5.795.654

A movimentação da controladora é:

		Controladora				
		Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2023
Softwares		115.161	42.151	(658)	(38.258)	91.164
Desenv. conteúdo EAD		28.510	13.488	(2.658)	(15.417)	23.923
Direitos Autorais		4.608	-	-	(1.419)	3.189
Total		148.279	55.639	(3.316)	(55.094)	118.276

- (a) Transferência entre Ânima e sua controlada Inspirali Brasil de parte do CAPEX pago pela Anima Holding que beneficiará a operação Inspirali Educação médica.

	Controladora					Saldo líquido em 31/12/2022
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixa	Reclassificação	Amortização	
Softwares	85.855	60.192	(1.206)	-	(29.680)	115.161
Desenv. conteúdo EAD	9.246	26.207	(1)	1.060	(8.002)	28.510
Cessão de Uso/Know-How	7.088	-	-	(1.060)	(1.420)	4.608
Total	102.189	86.399	(1.207)	-	(39.102)	148.279

A movimentação consolidada é:

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2023
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixa	Amortização	Reclassificação	Combinação de negócio (i)	
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>							
Ágio	3.235.370	-	-	-	-	(117)	3.235.253
Marcas e patentes	526.230	-	-	(19.507)	(2)	442	507.163
Licença	1.384.611	-	-	-	-	-	1.384.611
Carteira de clientes	295.338	-	-	(142.878)	(76)	46	152.430
Acordo de não competição	493	-	-	(247)	-	-	246
Polos EAD	119.260	-	-	-	83	-	119.343
Material EAD	737	-	-	(732)	(5)	-	-
Tecnologia	4.928	-	-	(1.689)	-	-	3.239
<i>Intangíveis reconhecidos pelo custo</i>							
Softwares	143.141	59.769	(878)	(52.243)	3.166	-	152.955
Desenv. conteúdo EAD	71.112	26.037	(3.588)	(38.229)	-	-	55.332
Credenciamento MEC	5.108	3.211	(3)	(3.138)	-	-	5.178
Cessão de Uso/Know-How	280	-	-	(237)	-	-	43
Intangível em desenvolvimento	4.437	8.556	(4.587)	-	(3.166)	-	5.240
Direitos autorais	4.609	-	-	(1.419)	-	-	3.190
Total	5.795.654	97.573	(9.056)	(260.319)	-	371	5.624.223

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2022
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixa	Amortização	Reclassificação	Combinação de negócio (i)	
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>							
Ágio	3.303.905	-	-	-	-	(68.535)	3.235.370
Marcas e patentes	536.559	-	-	(18.029)	(69)	7.769	526.230
Licença	1.384.611	-	-	-	-	-	1.384.611
Carteira de clientes	439.024	-	-	(150.327)	(262)	6.903	295.338
Acordo não competição	740	-	-	(247)	-	-	493
Material EAD	2.630	-	-	(1.956)	-	63	737
Polos EAD	119.342	-	-	(116)	-	34	119.260
Tecnologia	6.618	-	-	(1.690)	-	-	4.928
<i>Intangíveis desenvolvidos internamente</i>							
Softwares	115.619	71.874	(1.299)	(43.357)	304	-	143.141
Desenv. conteúdo EAD	48.533	50.350	(2.419)	(26.601)	1.249	-	71.112
Credenciamento MEC	5.711	2.347	(15)	(3.081)	146	-	5.108
Cessão de Uso/Know-How	561	-	-	(281)	-	-	280
Intangível em desenvolvimento	4.138	1.674	(7)	-	(1.368)	-	4.437
Direitos autorais	6.027	1	-	(1.419)	-	-	4.609
Total	5.974.018	126.246	(3.740)	(247.104)	-	(53.766)	5.795.654

- (i) Em 2023, as adições identificadas referem-se à finalização da alocação do preço de compra da Medpós. Saldos de 2022 referem-se à alocação do preço de compra do Grupo Laureate, Milton Campos e IBCMED.

13.1 Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de

amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado							
31/12/2023							
Intangíveis amortizáveis				Intangíveis não amortizáveis			Total Geral
Carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Tecnologia	Licença	Polos EAD	Ágio	
Inspirali Educação Médica e Ânima Core							
IEDUC	-	21.130	-	-	-	38.114	59.244
USJT	-	30.247	-	54.600	-	174.445	259.292
SOCIESC	-	18.339	-	3.787	-	45.103	67.229
FACEB	-	246	-	7.255	-	28.721	36.222
Politécnico	-	-	-	1.780	-	16.868	18.648
Cesuc e Catalana	-	-	-	6.430	-	21.290	27.720
Jangada	-	-	-	3.191	-	3.899	7.090
Ages e Vidam	442	14.694	-	37.609	-	159.419	212.164
FACED	-	-	-	1.736	-	2.678	4.414
Unicuritiba	-	15.620	-	23.858	-	107.551	147.029
Faseh	-	-	-	33.602	-	117.239	150.841
UniFG	2.980	-	-	19.920	-	83.471	106.371
Medroom	-	-	3.239	-	-	14.234	17.473
Unisul	23.586	49.127	-	96.896	7.000	163.624	340.233
Milton Campos	-	4.051	-	3.252	-	44.798	52.101
Rede	-	-	-	-	-	42.149	42.149
SOCEC	665	11.122	-	22.276	8.816	29.786	72.665
IBMR	2.199	21.393	-	62.364	15.089	150.318	251.363
FADERGES	796	10.698	-	24.702	12.377	46.814	95.387
UniRitter	-	26.456	-	67.585	12.065	33.812	139.918
Apec	15.333	49.680	-	191.332	18.034	242.127	516.506
Unifacs	49.189	68.262	-	298.826	24.138	577.024	1.017.439
ISCP	57.240	137.482	-	423.610	21.824	1.048.795	1.688.951
IBCMED	-	7.229	-	-	-	37.869	45.098
Medpós	-	426	-	-	-	4.590	5.016
Oresidente	-	-	-	-	-	513	513
152.430	246	485.956	3.239	1.384.611	119.343	3.235.251	5.381.076
Lifelong learning							
HSM	-	18.778	-	-	-	-	18.778
Outras	-	2.429	-	-	-	2	2.431
-	-	21.207	-	-	-	2	21.209
Total	152.430	507.163	3.239	1.384.611	119.343	3.235.253	5.402.285

13.2 Teste ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGCs, confrontamos nossas projeções com os dados previstos de nossas operações e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGCs, não houve a necessidade de reconhecimento de revisão do valor recuperável de tais ativos.

13.2.1 UGC's dos segmentos Inspirali Educação Médica e Ânima Core

Para estimar o valor recuperável das UGC's utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2024, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de

fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

Adicionalmente, destacamos que utilizamos em nossas projeções, um período superior a cinco anos, por entender que as atividades dessas UGC's requerem um prazo superior para maturação dos investimentos, quando se espera que seja possível atingir o seu potencial em termos de receita e de rentabilidade, sendo a taxa de crescimento nominal da receita líquida, após o quinto ano, é próxima à estimativa de crescimento adotada pela perpetuidade, em linha com a inflação projetada de longo prazo.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's participantes do PROUNI foram:

Premissas	UGC's ensino
Taxa de desconto ao ano	14,90%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	6,04%
Crescimento médio dos gastos ao ano	4,35%
<i>Carrying amount</i> (valor testado)	6.035.003

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's que não ofertam graduação, foram:

Premissas	Outras UGC's
Taxa de desconto ao ano	14,90%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	3,31%
Crescimento médio dos gastos ao ano	1,75%
<i>Carrying amount</i> (valor testado)	80.177

13.2.2 UGCs do segmento LifeLong Learning

O valor recuperável do ativo marca HSM foi estimado pela abordagem do valor em uso, utilizando a metodologia dos *royalties* evitados (*Relief from royalties*), a qual tem como premissa que uma empresa seria obrigada a pagar ao detentor do ativo intangível marca um "aluguel" pelo seu uso. A partir do momento que a empresa adquire o ativo, não necessita mais pagar pelo seu uso, daí a economia gerada.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso da marca da HSM foram:

Premissas	Marca HSM
Taxa de 'desconto ao ano	14,90%
Período de projeção (vida útil estimada)	26 anos
Crescimento nominal médio da receita ao ano	3,51%
Taxa de <i>royalties</i> sobre receita líquida	5,78%
<i>Carrying amount</i>	17.197

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGC's a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

Contrato	Valor total captado	Indexador	Taxa média de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores Financeiros (covenants)	Controladora		Consolidado	
								31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures Ânima 1ª emissão - série única	150.000	CDI	1,00%	31/05/2018	29/05/2023	1ª parcela de juros em maio de 2019; principal e o restante dos juros trimestralmente a partir de maio de 2020		-	23.304	-	23.304
Debêntures Ânima 2ª emissão - série única (a)	350.000	CDI	3,475%	21/11/2019	11/11/2024	Juros semestrais a partir de maio de 2020 e principal semestral a partir de novembro de 2021	Medidos semestralmente a partir de dez/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado =< 3,5 (jun/24 =< 3,0) - EBITDA Ajustado / Despesas financeiras => 1,3	73.810	203.024	73.810	203.024
Debêntures Ânima 3ª emissão - série 1	500.000	CDI	3,75%	27/05/2021	15/04/2023	Juros semestrais a partir de outubro de 2021 e principal em abril de 2023		-	513.008	-	513.008
Debêntures Ânima 3ª emissão - série 2 (b)	2.000.000	CDI	4,75%	27/05/2021	15/04/2027	Juros semestrais a partir de outubro de 2021 e principal semestralmente a partir de outubro de 2023		-	62.327	-	62.327
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1 (c)	600.000	CDI	1,65%	28/12/2022	13/12/2027	Juros mensais e principal em dezembro de 2027	Medidos semestralmente a partir de dez/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,5 (a partir de jun/24 =< 3,0) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	586.233	546.440	586.233	546.440
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 2 (c)	200.000	IPCA	8,05%	28/12/2022	13/12/2029	Juros mensais e principal em dezembro de 2028 e 2029		202.751	226.533	202.751	226.533
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão	2.000.000	CDI	2,60%	31/03/2022	30/03/2027	Juros semestrais e principal anualmente a partir de março de 2024.	Medidos anualmente em março a partir de mar/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma < 3,5 (a partir de jun/24 < 3,0) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras > 1,3	-	-	2.042.661	2.043.391

Contrato	Valor total captado	Indexador	Taxa média de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores Financeiros (covenants)	Controladora		Consolidado	
								31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IFC	139.080	CDI	1,49%	10/05/2016	15/03/2024	Juros semestrais a partir de setembro de 2016 e principal semestralmente a partir de março de 2019.	Medidos trimestralmente: - Liquidez corrente => 1,05 - Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado =< 3,37	13.154	39.610	13.154	39.610
IFC (moeda estrangeira) (e)	80.640	SOFR	2,00%	10/07/2020	15/03/2028	1ª parcela de juros semestral em outubro de 2020 Principal semestral a partir de março de 2023	- EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida => 0,7	174.629	226.533	174.629	226.533
Banco ABC	100.000	CDI	3,25%	30/05/2023	01/06/2026	Juros trimestrais a partir de agosto de 2023 e principal trimestralmente a partir de agosto de 2024.	- Medidos semestralmente: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma a partir de junho/24 =< 3,5 a partir de jun/25 =< 3,0	100.375	-	100.375	-
Banco ABC	50.000	CDI	3,25%	15/08/2023	13/08/2026	Juros trimestrais a partir de novembro de 2023 e principal trimestralmente a partir de novembro de 2024.	- Medidos semestralmente: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma a partir de junho/24 =< 3,5 a partir de jun/25 =< 3,0	50.278	-	50.278	-
Banco do Brasil - Capital de Giro	100.000	CDI	2,60%	28/06/2023	25/07/2027	Juros debitados e capitalizados mensalmente na conta vinculada da operação e pagos semestralmente a partir de dezembro de 2023 e principal pago semestralmente a partir de dezembro de 2024.	- Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3,5, a partir de dezembro de 2023.	99.564	-	99.564	-
Banco do Brasil - Capital de Giro	100.000	CDI	2,65%	27/04/2023	28/04/2027	Juros pagos mensalmente e principal pago trimestralmente a partir de julho de 2024	- Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3,5, a partir de dezembro de 2023.	99.486	-	99.486	-
Banco do Brasil - Capital de Giro	98.000	CDI	2,60%	04/07/2023	25/07/2027	Juros debitados e capitalizados mensalmente na conta vinculada da operação e pagos semestralmente a partir de janeiro de 2024 e principal pago semestralmente a partir de janeiro de 2025.	- Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3,5, a partir de dezembro de 2023.	104.566	-	104.566	-

Contrato	Valor total captado	Indexador	Taxa média de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores Financeiros (covenants)	Controladora		Consolidado	
								31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Brasil - Capital de Giro (d)	262.143	CDI	2,65%	25/06/2021	25/04/2026	Juros pagos mensalmente e principal pago trimestralmente a partir de julho de 2024	Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA < 3,5, a partir de junho de 2024.	-	-	195.533	218.805
Outros	39.874	-	6,80% a 10,35%	Diversas	Último em 15/01/2026	-	Não aplicável	54.050	5.975	54.062	7.186
TOTAL								1.558.896	1.846.754	3.797.102	4.110.161
Passivo circulante								266.613	727.195	875.973	885.446
Passivo não circulante								1.292.283	1.119.559	2.921.129	3.224.715

- (a) Em 30 de junho de 2023 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), por meio da qual foi aprovada, dentre outras matérias, concessão de dispensa de medição dos índices financeiros prevista para ser realizada com base nas informações financeiras da 30 de junho de 2023. As medições dos índices financeiros passarão a ocorrer semestralmente, a partir de dezembro de 2023. Em decorrência das deliberações aprovadas na AGD, o índice "Dívida líquida / EBITDA ajustado" foi modificado de 3,0 para 3,5, a taxa de juros foi reajustada de 1,35% a.a. para 3,475% a.a em julho de 2023, e a Companhia realizou uma oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures da segunda emissão. A oferta de resgate antecipado foi na quantidade de debêntures equivalente ao montante total de R\$ 41.454, liquidado em 7 de agosto de 2023.
- (b) A Companhia decidiu realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da segunda série da terceira emissão, em 7 de julho de 2023, com o seu consequente cancelamento. O valor total do resgate antecipado, incluindo todos os encargos financeiros e custos da transação, foi de R\$ 67.040.
- (c) Em 28 de junho de 2023 foi realizada uma Assembleia Geral de Titulares de CRI, por meio da qual restou aprovada autorização à securitizadora para celebrar aditamento à escritura de emissão de debêntures, a fim de alterar a primeira verificação dos índices financeiros, previstos para março de 2024, para dezembro de 2023 e as verificações subsequentes de referidos Índices Financeiros seguem sendo realizadas semestralmente.
- (d) Em 24 de maio de 2023 foi realizada renegociação do contrato junto ao banco sendo a taxa de juros reduzida de 3,12% a.a. para 2,65% a.a. e vencimento final postergado de 26 de maio de 2025 para 25 de abril de 2026. Foi realizada avaliação da renegociação, em conformidade com CPC 38, e não foi identificada modificação substancial nos termos de passivo financeiro existente.
- (e) Em 25 de agosto de 2023 foi realizada renegociação da taxa de juros de 2% a.a para 2,4826% a.a

Em relação aos covenants mencionados acima, exceto pelo contrato junto ao IFC, não foram identificados descumprimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Todavia, não houve declaração de vencimento antecipado de empréstimos, financiamentos ou debêntures uma vez que foi obtida carta *waiver* junto ao IFC (os índices na tabela anterior refletem a previsão da carta *waiver* recebida do IFC).

As principais condições e garantias estabelecidas em contrato são como segue:

	Consolidado
Debêntures Ânima 2ª emissão - série única	Fiança da Brasil Educação, HSM Brasil, IEDUC, Unimonte, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Catalana e Cesuc.
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil	Fiança da Brasil Educação e cessão fiduciária da totalidade dos direitos e créditos, relativos a medicina, detidos e a serem detidos pelas empresas controladas pela Inspirali Brasil.
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT); aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.
IFC (moeda estrangeira)	Garantidores Subsidiários: Brasil Educação, IEDUC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM Brasil, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Anima, Sobepe, Ages Educação, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba - saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.
Banco ABC	Fiança + 100% recebível SOCEC
Banco ABC	Recebíveis: RITTER e Fiança: ASPEC/FADERGS/IBMR/SOCEC
Banco do Brasil - Capital de Giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA
Banco do Brasil - Capital de Giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA
Banco do Brasil - Capital de Giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2023	
	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal
2025	206.333	513.996	796.122	1.062.550
2026	173.535	336.452	714.571	941.604
2027	696.855	851.787	1.194.875	1.385.781
Após 2027	215.560	326.005	215.561	326.005
Total	<u>1.292.283</u>	<u>2.028.240</u>	<u>2.921.129</u>	<u>3.715.940</u>

I) As movimentações dos saldos no período são como segue:

	Controladora								
	31/12/2022	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2023
Moeda nacional									
Debêntures 1ª	23.304	-	(23.077)	(1.201)	909	65	-	-	-
Debêntures 2ª	203.024	-	(126.359)	(25.349)	21.950	544	-	-	73.810
Debêntures 3ª emissão – série 1	513.008	-	(500.000)	(42.581)	25.289	4.284	-	-	-
Debêntures 3ª emissão – série 2	62.327	-	(62.380)	(8.101)	5.815	2.339	-	-	-
Debêntures 4ª emissão – séries 1 e 2	772.973	-	-	(97.193)	109.196	5.297	(1.289)	-	788.984
IFC	39.610	-	(25.218)	(4.601)	3.363	-	-	-	13.154
Banco ABC	-	99.000	-	(7.959)	9.112	222	-	-	100.375
Banco ABC	-	49.273	-	(1.846)	2.748	103	-	-	50.278
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	99.300	-	(7.402)	7.563	103	-	-	99.564
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	99.300	-	(9.908)	9.963	131	-	-	99.486
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	97.314	-	-	7.167	85	-	-	104.566
Outros empréstimos	5.975	120.931	(72.931)	(1.622)	1.697	-	-	-	54.050
Moeda estrangeira									
IFC	226.533	-	(40.520)	(13.817)	13.748	903	2.392	(14.610)	174.629
Total	1.846.754	565.118	(850.485)	(221.580)	218.520	14.076	1.103	(14.610)	1.558.896

	Controladora								
	31/12/2021	Adições	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2022
Moeda nacional									
Debêntures 1ª	69.568	-	(46.153)	(6.302)	5.979	212	-	-	23.304
Debêntures 2ª	302.641	-	(99.999)	(34.733)	34.664	451	-	-	203.024
Debêntures 3ª emissão – série 1	494.815	-	(54.535)	(19.591)	79.466	12.853	-	-	513.008
Debêntures 3ª emissão – série 2	1.960.548	-	(1.956.781)	(124.992)	82.136	101.416	-	-	62.327
IFC	64.891	-	(25.285)	(6.766)	6.770	-	-	-	39.610
Debêntures 4ª emissão – séries 1 e 2	-	771.480	-	-	885	-	608	-	772.973
Outros empréstimos	7.914	-	(1.933)	(482)	476	-	-	-	5.975
Moeda estrangeira									
IFC	234.715	-	-	(6.069)	8.424	903	4.441	(15.881)	226.533
Total	3.135.092	771.480	(2.184.686)	(198.935)	218.800	115.835	5.049	(15.881)	1.846.754

	Consolidado										
	31/12/2022	Adição	Amorti- zações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	Ajuste Renegociação	Juros vendedores	31/12/2023
Moeda nacional											
Debêntures 1ª emissão	23.304	-	(23.077)	(1.201)	909	65	-	-	-	-	-
Debêntures 2ª emissão	203.024	-	(126.359)	(25.349)	21.950	544	-	-	-	-	73.810
Debêntures 3ª emissão – série 1	513.008	-	(500.000)	(42.581)	25.289	4.284	-	-	-	-	-
Debêntures 3ª emissão – série 2	62.327	-	(62.380)	(8.101)	5.815	2.339	-	-	-	-	-
Debêntures 4ª emissão – séries 1 e 2	772.973	-	-	(97.193)	109.196	5.297	(1.289)	-	-	-	788.984
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil	2.043.391	-	-	(316.220)	307.572	7.918	-	-	-	-	2.042.661
IFC	39.610	-	(25.218)	(4.601)	3.363	-	-	-	-	-	13.154
Banco ABC	-	99.000	-	(7.959)	9.112	222	-	-	-	-	100.375
Banco ABC	-	49.273	-	(1.846)	2.748	103	-	-	-	-	50.278
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	99.300	-	(7.402)	7.563	103	-	-	-	-	99.564
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	99.300	-	(9.908)	9.963	131	-	-	-	-	99.486
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	97.314	-	-	7.167	85	-	-	-	-	104.566
Banco do Brasil	218.805	-	(21.845)	(30.433)	30.063	443	-	-	(1.500)	-	195.533
Outros empréstimos	7.186	125.857	(79.098)	(1.738)	1.760	-	-	-	-	95	54.062
Moeda estrangeira											
IFC	226.533	-	(40.520)	(13.817)	13.748	903	2.392	(14.610)	-	-	174.629
Total	4.110.161	570.044	(878.497)	(568.349)	556.218	22.437	1.103	(14.610)	(1.500)	95	3.797.102

Consolidado									
	31/12/2021	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2022
Moeda nacional									
Debêntures 1ª emissão	69.568	-	(46.153)	(6.302)	5.979	212	-	-	23.304
Debêntures 2ª emissão	302.641	-	(99.999)	(34.733)	34.664	451	-	-	203.024
Debêntures 3ª emissão – série 1	494.815	-	(54.535)	(19.591)	79.466	12.853	-	-	513.008
Debêntures 3ª emissão – série 2	1.960.548	-	(1.956.781)	(124.992)	82.136	101.416	-	-	62.327
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil	-	1.960.420	-	(153.942)	230.980	5.933	-	-	2.043.391
IFC	64.891	-	(25.285)	(6.766)	6.770	-	-	-	39.610
Banco do Brasil	262.283	-	(43.690)	(37.233)	37.305	140	-	-	218.805
Itaú	100.042	-	(100.000)	(14.675)	14.633	-	-	-	-
Debêntures 4ª emissão – séries 1 e 2	-	771.480	-	-	885	-	608	-	772.973
Outros empréstimos	11.545	-	(4.629)	(596)	866	-	-	-	7.186
Moeda estrangeira									
IFC - Moeda Estrangeira	234.715	-	-	(6.069)	8.424	903	4.441	(15.881)	226.533
Total	3.501.048	2.731.900	(2.331.072)	(404.899)	502.108	121.908	5.049	(15.881)	4.110.161

15

OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários	7.413	5.931	73.272	42.302
Férias a pagar	11.904	12.458	80.815	88.775
INSS	3.001	3.005	25.129	26.366
FGTS	1.089	1.047	8.500	9.613
Outros (a)	5.301	351	17.008	1.280
Total	28.708	22.792	204.724	168.336

(a) Composto, principalmente, por contas a pagar por participação nos resultados.

16

CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÕES

		Controladora		Consolidado	
	Índice de Correção	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Earn outs					
Aquisição da Medroom	INPC	-	-	5.344	6.563
Aquisição da Ages e Ages Educação	-	-	-	10.001	9.891
Aquisição da ACAD	INPC	-	-	260	635
Aquisição da UniFG (a)	INPC	-	-	-	24.340
Aquisição do Grupo Laureate	-	-	-	-	19.500
Aquisição do IBCMED (b)	-	-	-	-	38.652
Aquisição MedPós	INPC	-	-	2.863	2.250
		-	-	18.468	101.831
Parcelamentos					
Aquisição da Faceb	Média INPC, IGPM e IPCA	-	-	11.089	14.142
Aquisição da Cesuc e Catalana	Média INPC, IGPM e IPCA	-	-	-	5.851
Aquisição do Medroom	INPC	-	-	1.404	2.065
Aquisição do IBCMED (b)	IPCA	-	-	16.387	-
Aquisição Manutença da Faced	IPCA	-	-	-	732
Aquisição Faseh Inovattus	INPC	-	-	-	1.140
Aquisição Sociesc	INPC	-	-	32.375	34.556
Aquisição da Milton Campos	INPC	-	-	12.024	11.133
Aquisição da GAMA (c)	-	-	11.814	-	11.814
Aquisição MedPós	INPC	-	-	-	350
Aquisição IGEAD/ELEVEN-K (Investida da ISCP) (d)	CDI +2% a.a.	-	-	715	632
Aquisição da Fapa (Investida UniRitter) (d)	-	-	-	1.377	1.421
		-	11.814	75.371	83.836
Opção de compra					
Passivo de resgate de opção IBCMED (b) -		-	-	-	88.720
		-	-	-	88.720
Total		-	11.814	93.839	274.387
Passivo circulante		-	2.189	28.477	115.667
Passivo não circulante		-	9.625	65.362	158.720

(a) O earnout remanescente que estava registrado, referente à aquisição da UniFG, estava vinculado à aprovação de vagas de medicina no campus de Estância, no período de 36 meses, a contar da data da aquisição. Foi realizada, no período findo em 30 de junho de 2023, a baixa do saldo, uma vez que não houve aprovação dos cursos de medicina de Estância dentro do prazo contratual e, conforme contrato vigente, não há mais previsão de pagamento.

- (b) Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, onde exerceu sua opção da aquisição dos 49% restante desta investida, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O valor acordado pela aquisição do restante da participação, bem como para quitação de todos e quaisquer valores devidos pela Companhia aos vendedores do IBCMED, foi de R\$ 90.000, dos quais R\$ 70.000 foram pagos em 04 de julho de 2023 e os R\$ 20.000 restantes serão pagos conforme definições do contrato e corrigida pelo IPCA.
- (c) Valor refere-se a incentivos e esforços para contribuição de intangíveis de projetos em parceria com a Gama que seria realizado no prazo 5 anos, quais sejam: (a) contribuição de clientes B2C; (b) contribuição de clientes B2B; (c) contribuição de novos cursos; (d) contribuição de infraestrutura; e (e) contribuição de backoffice. Em linha com a revisão do plano de negócios (nota explicativa 10), não haverá realização das contribuições.
- (d) Refere-se a valores a pagar aos antigos proprietários de empresas adquiridas pelo Grupo Laureate.

Os valores referentes ao PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, que estavam nesta rubrica, estão sendo apresentados nas rubricas de “Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes”. O PROIES, instituído pela Lei 12.688/2012, consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido – o valor devido a ser quitado em caixa está reconhecido na linha de “Parcelamentos de impostos e contribuições”. O saldo reclassificado para os grupos de “outros passivos” se refere ao valor de bolsas a serem ofertadas no programa, assumidas pela controlada Sociesc, para que os vendedores da Unisul possam quitar o parcelamento PROIES. O valor das bolsas a ofertar foi mensurado a valor justo.

Seguem, abaixo, quadros com a movimentação das contas a pagar por aquisições e o cronograma de pagamento do saldo classificado no passivo não circulante:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	274.387	256.765
Combinação de negócios	-	2.600
Adições/baixas	(12.055)	83.907
Ajuste a valor presente	14.314	14.601
Correção monetária	4.033	8.591
Pagamentos	(109.114)	(91.045)
Atualização a valor justo de Earn out	(69.497)	(1.032)
Atualização a valor justo de opção de compra	(8.229)	-
Saldo Final	<u>93.839</u>	<u>274.387</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	9.625	-	7.653
2025	-	-	20.407	47.074
2026	-	-	11.759	45.889
2027	-	-	7.645	36.670
Após 2027	-	-	25.551	21.434
Total	-	9.625	65.362	158.720

17 DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

17.1 Provisões, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais e ativos de indenização

	Provisão para riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões trabalhistas	582	49	188.911	195.746
Provisões tributárias	-	189	351.144	375.241
Provisões cíveis	-	-	125.515	151.015
	582	238	665.570	722.002
(-) Depósitos judiciais	(489)	(93)	(149.504)	(143.801)
	93	145	516.066	578.201
(-) Ativos de indenização (i)	-	-	(129.957)	(135.547)
Total	93	145	386.109	442.654

- (i) Refere-se ao valor das provisões reconhecidas a valor justo como parte de combinação de negócios para as quais existe um ativo de indenização perante o vendedor, classificado na rubrica Direitos a receber por aquisições.

17.2 Movimentação

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2022	Adição/Reversão	Pagamentos	Compensação de depósitos judiciais	31/12/2023
Trabalhista (a)	49	582	(49)	-	582
Tributária (b)	189	(189)	-	-	-
Cíveis (c)	-	13	(7)	(6)	-
Total	238	406	(56)	(6)	582

	31/12/2021	Adição/Reversão	Pagamentos	31/12/2022
Trabalhistas (a)	144	(66)	(29)	49
Tributárias (c)	-	189	-	189
Cíveis (c)	-	7	(7)	-
Total	144	130	(36)	238

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2022	Adições / Reversão	Adição INSS (d)	Pagamentos	Atualização	Reclassi- ficação	Compensação depósitos judiciais	Indenizações vendedores	31/12/2023
Trabalhistas (a)	195.746	41.251	6.466	(40.855)	430	(768)	(13.231)	(128)	188.911
Tributárias (b)	375.241	(18.342)	-	(2.000)	3.884	-	-	(7.639)	351.144
Cíveis (c)	151.015	23.884	-	(44.143)	448	768	(8.658)	2.201	125.515
Total	722.002	46.793	6.466	(86.998)	4.762	-	(21.889)	(5.566)	665.570

	31/12/2021	Adições / Reversões	Adição INSS (d)	Paga- mentos	Atualiza- ção	Reclassi- ficação	Compensação depósitos judiciais	Indenizações vendedores	31/12/2022
Trabalhistas (a)	225.207	(6.102)	10.412	(26.150)	4.411	1.037	(11.032)	(2.037)	195.746
Tributárias (b)	375.537	(6.763)	-	-	3.812	(1.021)	(28)	3.704	375.241
Cíveis (c)	179.459	(4.686)	-	(22.504)	2.613	(16)	(7.944)	4.093	151.015
Total	780.203	(17.551)	10.412	(48.654)	10.836	-	(19.004)	5.760	722.002

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. As principais causas reconhecidas no período estão listadas abaixo:

SOCIESC: Na aquisição da SOCIESC, a Administração assumiu a discussão das obrigações tributárias relacionadas ao questionamento sobre a imunidade tributária da SOCIESC em três lides de ações ajuizadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma decisão sobre o mérito dos casos. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível. Foi constituída provisão para esses processos como parte da aquisição da SOCIESC no valor de R\$ 49.100, em dezembro de 2023 e dezembro de 2022.

UAM: a UAM é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte o Ministério da Fazenda Nacional, o Município de São Paulo e a PGFN. Caso a UAM perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UAM. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 84.432 em dezembro de 2023 (R\$ 84.459 em 31 de dezembro 2022). No último trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a UAM realizou um parcelamento junto a PGFN de débitos previdenciária de responsabilidade dos vendedores. O valor da dívida consolidada, de R\$ 20.128, foi parcelado em 60 meses e a liquidação está sendo realizada diretamente pelos vendedores.

UNP: a UNP é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte os municípios de Natal e Mossoró e o Ministério da Fazenda

Nacional. Caso a UNP perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UNP. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 26.543 em dezembro de 2023 e em dezembro de 2022.

- (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização ao Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software pela Rede Brasileira de Educação a Distância S/C Ltda., do qual UAM, APEC e UNIMONTE faziam parte. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão total para essa causa é de R\$ 84.186 (R\$ 80.181 em 31 de dezembro de 2022). Caso essa causa seja perdida, o valor será ressarcido pelos antigos proprietários da UAM e da APEC. Os demais saldos referem-se a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, à cobrança e indenizações, dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. O valor está sendo contabilizado em resultado na rubrica "despesas com pessoal".

17.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	129.297	72.666
Tributários (i)	465.026	361.423
Cíveis (ii)	178.045	100.260
Total	<u>772.368</u>	<u>534.349</u>

- (i) Causas de cunho tributário que referem-se, principalmente a: processos de responsabilidade da UNA, Unimonte e Sociesc que discutem a imunidade tributária que envolve INSS patronal, PIS e COFINS sobre faturamento, IRPJ e CSLL totalizando aproximadamente R\$ 201.791; débitos tributários relativos ao recolhimento a menor do ISS, no período de outubro de 2013 a junho de 2017, diante da alegação de que a Ritter descumpriu alguns requisitos do programa UNIPOA, relativos à disponibilização de bolsas de estudo ao Município de Porto Alegre, totalizando aproximadamente R\$ 73.000, cobrança de ISS da UNP e FACS totalizando aproximadamente R\$ 86.000, R\$102.757 de processos da SOCIESC sobre recolhimento de ISS e pagamento de IPTU sendo que R\$91.453 é de responsabilidade dos vendedores.
- (ii) Refere-se, majoritariamente, ao processo de improbidade administrativa relacionado a supostas irregularidades no programa PROJovem vinculado à SOCIESC e anulação do convênio firmado entre o Município de Vespasiano e a FASEH para cessão de Imóvel. Ambos são de responsabilidade dos vendedores.

Todos os valores apresentados acima referem-se a processos envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão. Para alguns desses processos, se houver decisão judicial contra alguma Companhia e suas

controladas, a responsabilidade é dos antigos proprietários das empresas adquiridas nos termos de cada contrato de compra.

17.4 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	280	87	45.746	58.177
Tributários	209	-	55.598	50.786
Cíveis	-	6	48.160	34.838
Total	489	93	149.504	143.801

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2022	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/ reversão	31/12/2023
Trabalhistas	58.177	29.703	(30.255)	(13.231)	1.352	45.746
Tributários	50.786	1.849	(615)	-	3.578	55.598
Cíveis	34.838	64.140	(43.207)	(8.658)	1.047	48.160
Total	143.801	95.692	(74.077)	(21.889)	5.977	149.504

	31/12/2021	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/ Reversão	31/12/2022
Trabalhistas	56.657	19.325	(7.243)	(11.042)	480	58.177
Tributários	47.106	906	(128)	(28)	2.930	50.786
Cíveis	38.110	14.375	(10.673)	(7.944)	970	34.838
Total	141.873	34.606	(18.044)	(19.014)	4.380	143.801

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é composto por 403.868.805 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$2.569.625, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2023	31/12/2022
Total de ações em circulação	377.386.691	377.611.550
Ações em tesouraria	26.482.114	26.257.255
Total geral de ações	403.868.805	403.868.805

b) Gastos com emissão de ações

Os custos de transação da emissão de ações são contabilizados em conta redutora do capital social, conforme determina o CPC 08 (R1). Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o saldo acumulado desta rubrica é de R\$ 117.965 (R\$ 117.965 em 31 de dezembro de 2022).

c) Reservas de capital

Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de capital é de R\$ 25.163 (R\$ 39.079 em 31 de dezembro de 2022). Em 2023, a movimentação refere-se à remuneração baseada em ações.

d) Ações em tesouraria

Conforme fato relevante divulgado em 2 de dezembro de 2021 a Companhia aprovou a abertura de um novo programa de recompra de ações ("Programa de Recompra"), autorizando a Diretoria a adquirir ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria, com destinação aos Planos de Incentivo aprovados e a quaisquer outros planos que possam ser aprovados pela Assembleia Geral da Companhia, ou seu cancelamento, sem redução do capital social. A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 23.487.006 ações ordinárias, que representam 10% do total de ações em circulação, já consideradas as ações em tesouraria. Com esse programa foi recomprado um total de 2.235.000 ações no ano de 2023, ao valor unitário de R\$ 3,10 cada, totalizando R\$ 6.929 (17.630.800 ações ao valor de R\$ 6,70 cada, em 31 de dezembro de 2022, totalizando R\$ 118.082).

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ações em tesouraria é de 26.482.114 ações ordinárias no montante de R\$ 178.283 (26.257.255 ações ordinárias no montante de R\$ 184.271, em 31 de dezembro de 2022).

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Ágio em transação de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecida uma perda líquida, no valor de R\$ 25.987, decorrente do aumento de capital da Companhia na VC Network, com ágio desproporcional na emissão de ações. Na transação, foram apurados uma perda, no valor de R\$ 103.947 e o reflexo do ganho, no valor de R\$77.960, pela participação da Ânima na Inspirali Brasil, (nota explicativa 10).

Em dezembro de 2012, a Companhia adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos respectivos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. Na data, a perda resultante da diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações da operação foi reconhecida no patrimônio líquido.

Valor justo de passivo de resgate de ações

Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali Brasil assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias do IBCMED Serviços de Educação S.A.. O contrato previa opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra foram mensurados com base em um múltiplo do EBITDA do IBCMED do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como "contas a pagar por aquisições" em contrapartida ao patrimônio líquido. Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil assinou um contrato para a conclusão da transação com o

IBCMED, pelo qual exerceu a opção da aquisição dos 49% restantes do capital, tornando-se detentora da totalidade de suas ações.

f) Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de prejuízos acumulados foi absorvido em sua totalidade pela reserva de retenção de lucros, conforme demonstrado no item a seguir.

g) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros totalizavam R\$ 263.356, sendo compostas pela reserva legal, com saldo de R\$ 18.791, e retenções de lucros, com saldo acumulado de R\$ 244.565. Abaixo composição dos saldos.

	31/12/2023	31/12/2022
Reservas legais e lucros de exercícios anteriores a 2022	36.742	36.742
Ganho/Perda na mudança de participação em controlada (i)	658.482	658.482
Dividendos prescritos	12	12
Absorção de prejuízos do exercício	(431.880)	(102.250)
	<u>263.356</u>	<u>592.986</u>

- (i) Em 31 de março de 2022, o Fundo Genoma VIII adquiriu 25,0% de capital social total e votante da Inspirali Brasil pelo preço de R\$ 1.000.000. O valor correspondente a 25% de seu capital social votante, na data do investimento, é de R\$ 341.518. O ganho resultante da diferença entre o valor recebido e o valor patrimonial das ações da operação descrita acima foi reconhecido no patrimônio líquido, no valor total de R\$ 658.482, na rubrica de reserva de lucros.

h) Prejuízo por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Companhia deve calcular o valor do resultado básico por ação para o prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(ii) Prejuízo básico por ação:

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(329.630)	(102.250)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	377.444	380.221
Prejuízo básico por ação ordinária - R\$	<u>(0,87)</u>	<u>(0,27)</u>

(ii) Prejuízo diluído por ação

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a

conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não tem instrumento com efeito diluidor. Referente a contrato de bonificação de 1.469 mil ações, atreladas ao atingimento de metas, este foi entregue em 02 de março de 2022.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(329.630)	(102.250)
Quantidade média ponderada de ações	377.444	380.221
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído	-	241
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o prejuízo diluído por ação - milhares	377.444	380.462
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,87)	(0,27)

19 PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

	INSPIRALI	FASEH	UNIFG	IBCMED	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	15.370	14.494	1.385	31.249
Investimento DNA (i)	341.518	-	-	-	341.518
Alocação final do valor justo do IBCMED (ii)	-	-	-	4.699	4.699
Opção de compra IBCMED (iii)	(22.180)	-	-	-	(22.180)
Remuneração baseada em ações	807	-	17	-	824
Dividendos desproporcional do IBCMED	(144)	-	-	(1.340)	(1.484)
Resultado do exercício	98.097	9.235	4.873	1.499	113.704
Dividendos distribuídos	(28.783)	-	(654)	(772)	(30.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	389.315	24.605	18.730	5.471	438.121
Opção de compra IBCMED (iii)	636	-	-	-	636
Aquisição de ações dos acionistas não controladores (iv)	924	-	-	(3.697)	(2.773)
Ganho no aumento de capital desproporcional em controlada (v)	25.987	-	-	-	25.987
Dividendos desproporcional do IBCMED	(334)	-	-	(2.341)	(2.675)
Resultado do exercício	95.190	13.278	7.423	567	116.458
Dividendos distribuídos	(110.144)	(10.912)	(1.840)	-	(122.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	401.574	26.971	24.313	-	452.858

- (i) Valor referente à participação do Fundo Genoma VIII na Inspirali Brasil.
- (ii) Valor referente à alocação final do valor justo em combinação de negócios.
- (iii) Participação de acionistas não controladores da Inspirali Brasil referente ao valor que havia sido estimado para adquirir a totalidade da participação no IBCMED até o final de 2026. O valor justo das opções de venda foi contabilizado como "contas a pagar por aquisições".
- (iv) Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil assinou o contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, exercendo a opção da aquisição da totalidade de participação.
- (v) Refere-se ao ganho sobre o ágio na emissão de ações desproporcional a participação no aumento de capital da VC Network que foi realizado em 1º de novembro de 2023.

RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de produtos e serviços	5.276	8.308	7.405.297	6.797.568
Receita FIES	-	-	243.361	268.220
Descontos em mensalidades	-	-	(3.618.223)	(3.275.153)
Impostos sobre faturamento	(223)	(439)	(146.538)	(147.913)
Comissões (a)	-	-	(149.264)	(92.274)
Ajuste a valor presente	-	-	(1.693)	12.783
Receita líquida	<u>5.053</u>	<u>7.869</u>	<u>3.732.940</u>	<u>3.563.231</u>
Reconhecimento de receita				
Reconhecida ao longo do tempo	-	-	3.676.630	3.495.950
Reconhecida no momento da prestação	<u>5.053</u>	<u>7.869</u>	<u>56.310</u>	<u>67.281</u>
	<u>5.053</u>	<u>7.869</u>	<u>3.732.940</u>	<u>3.563.231</u>

(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e pagas aos Polos EAD.

Os descontos em mensalidades são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Bolsas e descontos concedidos	(2.692.487)	(2.391.996)
Gratuidade PROUNI	(572.940)	(576.294)
Convênios com empresas	(76.669)	(71.280)
Devoluções, abatimentos e outros	<u>(276.127)</u>	<u>(235.583)</u>
Total	<u>(3.618.223)</u>	<u>(3.275.153)</u>

RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com pessoal (a)	(23.282)	(10.262)	(1.483.098)	(1.451.553)
Gastos com aluguel e ocupação (b)	(1)	(972)	(77.880)	(98.043)
Gastos com serviços de terceiros	(17.575)	(12.461)	(337.725)	(355.386)
Propaganda e publicidade	20	151	(271.792)	(233.121)
Perdas estimadas (nota explicativa nº 6)	-	-	(192.236)	(194.496)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 11)	(1.488)	(1.563)	(106.048)	(116.020)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 13)	(55.094)	(39.102)	(260.319)	(247.104)
Despesas com amortização direito de uso (nota explicativa nº 12)	-	-	(168.064)	(209.884)
Manutenção	(100)	(29)	(72.804)	(74.356)
Deslocamentos	(1.443)	(546)	(26.550)	(29.531)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 17)	(406)	(130)	(51.555)	6.715
Impostos e taxas	(1.675)	(2.630)	(13.450)	(17.054)
Multa para devolução de imóveis (nota explicativa nº 12)	-	-	(58.641)	-
Valor justo earn-out	-	-	69.497	1.032
Perda por <i>impairment</i> (c)	(42.166)	-	(42.166)	-
Extinção de crédito com controlada	(40.476)	-	-	-
Rateio de despesa com amortização e depreciação	54.016	42.105	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>(535)</u>	<u>(12.654)</u>	<u>(108.315)</u>	<u>(151.987)</u>
Total	<u>(130.205)</u>	<u>(38.093)</u>	<u>(3.201.146)</u>	<u>(3.170.788)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	(33.901)	(65.596)	(1.518.816)	(1.508.841)
Despesas comerciais	-	(19)	(271.792)	(233.121)
Perdas estimadas	-	-	(192.236)	(194.496)
Despesas gerais e administrativas	(10.787)	(1.531)	(1.140.404)	(1.202.514)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<u>(85.517)</u>	<u>29.053</u>	<u>(77.898)</u>	<u>(31.816)</u>
Total	<u>(130.205)</u>	<u>(38.093)</u>	<u>(3.201.146)</u>	<u>(3.170.788)</u>

- (a) Em função da baixa razoabilidade da estimativa, até o momento não estão sendo reconhecidas provisões para dissídio nas IES onde a negociação com os sindicatos ainda não foi concluída.
- (b) Referem-se, principalmente, a gastos com energia elétrica e IPTU, bem como às despesas com aluguéis cujos contratos não possuem as características para estarem dentro do escopo da norma contábil IFRS 16.
- (c) Valores referem-se aos saldos de investimento e de mútuo com Gama e Instituto Ânima que foram registrados como perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (nota explicativa 24).

22 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

	01/01/2023 a 31/12/2023				
	Consolidado				
	Inspirali Educação Médica	Ânima Core	Lifelong Learning	Corporativo	Total
RECEITA LÍQUIDA	1.253.041	2.296.787	183.112	-	3.732.940
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(402.911)	(1.076.320)	(39.585)	-	(1.518.816)
LUCRO BRUTO	850.130	1.220.467	143.527	-	2.214.124
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(28.699)	(221.350)	(21.743)	-	(271.792)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(22.557)	(149.043)	(20.636)	-	(192.236)
Gerais e administrativas	(256.225)	(818.976)	(42.139)	(23.064)	(1.140.404)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(6.892)	-	(6.892)
Outras receitas (despesas) operacionais	55.363	(87.608)	(32.656)	(12.997)	(77.898)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	598.012	(56.510)	19.461	(36.061)	524.902
Receitas financeiras	112.154	26.112	644	29.618	168.528
Despesas financeiras	(354.543)	(250.496)	(3.747)	(302.519)	(911.305)
Resultado financeiro líquido	(242.389)	(224.384)	(3.103)	(272.901)	(742.777)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	355.623	(280.894)	16.358	(308.962)	(217.875)
IR/CS correntes	(3.740)	(1.190)	-	-	(4.930)
IR/CS diferidos	6.042	1.913	1.678	-	9.633
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	357.925	(280.171)	18.036	(308.962)	(213.172)

	01/01/2022 a 31/12/2022				
	Consolidado				
	Inspirali Educação Médica	Ânima Core	Lifelong Learning	Corporativo	Total
RECEITA LÍQUIDA	1.084.821	2.291.142	187.268	-	3.563.231
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(315.005)	(1.132.053)	(61.783)	-	(1.508.841)
LUCRO BRUTO	769.816	1.159.089	125.485	-	2.054.390
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(13.773)	(204.693)	(14.655)	-	(233.121)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(17.780)	(156.176)	(20.540)	-	(194.496)
Gerais e administrativas	(239.503)	(900.875)	(39.827)	(22.309)	(1.202.514)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(14.342)	-	(14.342)
Outras (despesas) receitas operacionais	(17.004)	(8.479)	1.346	(7.679)	(31.816)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	481.756	(111.134)	37.467	(29.988)	378.101
Receitas financeiras	76.016	58.339	638	29.972	164.965
Despesas financeiras	(361.565)	(257.216)	(5.606)	(334.630)	(959.017)
Resultado financeiro líquido	(285.549)	(198.877)	(4.968)	(304.658)	(794.052)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	196.207	(310.011)	32.499	(334.646)	(415.951)
IR/CS correntes	(3.973)	(2.412)	-	-	(6.385)
IR/CS diferidos	222.520	209.670	1.600	-	433.790
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	414.754	(102.753)	34.099	(334.646)	11.454

A parcela corporativa se refere, majoritariamente, às atividades administrativas do grupo realizadas pela Companhia. Com a evolução do monitoramento dos

resultados dos segmentos, parte relevante dos gastos corporativos passaram a ser alocados aos segmentos de negócio a partir de 2022. Em relação ao resultado financeiro, importante destacar que o custo e os juros das debêntures contratadas pela controlada Inspirali Brasil (vide nota explicativa 14) estão alocados diretamente no segmento Inspirali Educação Médica.

23 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:				
Receita com aplicações financeiras	21.032	10.927	133.450	121.956
Receita com juros de mensalidades	-	-	23.553	18.509
Desconto obtido com arrendamento (nota explicativa nº12)	-	-	225	4.543
Desconto obtido	119	259	650	1.311
Impostos e outras receitas	1.409	3.787	10.650	18.646
Total	22.560	14.973	168.528	164.965
Despesas financeiras:				
Despesa financeira de arrendamento (nota explicativa nº12)	-	-	(154.840)	(182.766)
Despesa de juros com empréstimos	(232.713)	(237.904)	(578.769)	(527.285)
Baixa de custo de captação por antecipação pagamento de debêntures e taxa de antecipação (a)	-	(96.731)	-	(96.731)
Juros de financiamento Pravalor	-	-	(41.990)	(32.458)
Variação cambial passiva/ativa de empréstimos	14.610	15.881	14.610	15.881
Despesa/Receita com derivativos	(13.367)	(17.250)	(13.367)	(17.250)
Perda com derivativo realizado	(52.247)	(30.271)	(52.247)	(30.271)
Despesa bancária	(218)	(403)	(4.682)	(1.551)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(240)	(1.240)	(12.456)	(23.192)
Outras despesas	(17.862)	(10.357)	(67.564)	(63.394)
Total	(302.037)	(378.275)	(911.305)	(959.017)
Resultado financeiro	(279.477)	(363.302)	(742.777)	(794.052)

(a) A Baixa de custo de captação e taxa por antecipação de pagamento da debênture estão alocados no segmento corporativo.

24 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora													
	31/12/2023							31/12/2022						
	Ativo			Passivo				Ativo			Passivo			
	Contas a receber (a)	Mútuos	Dividendos a receber	Outros	Fornecedores	Mútuos	Resultado	Contas a receber (a)	Mútuos	Dividendos a receber	Outros	Fornecedores	Mútuos	Resultado
Brasil	-	-	-	-	10.022	-	(56)	22.224	-	-	-	2.242	-	-
UniRitter	3.726	-	-	-	23.118	15.902	-	12.624	-	-	-	16.847	202.833	-
IEDUC	-	-	-	-	200	-	(1.669)	6.462	-	-	-	281	-	-
Unimonte	956	-	-	-	2	22.760	-	1.669	-	-	-	8	11.219	-
Sociesc	1.108	-	-	-	1.813	-	(3.074)	7.249	-	-	-	8.573	-	-
Instituto Ânima (b)	-	5.687	-	1.583	-	-	388	-	10.836	-	1.583	-	-	663
Faceb	1.103	-	-	-	37	38.390	-	1.874	-	-	-	-	18.861	-
VC Network	-	-	-	-	-	-	-	-	40.476	181	-	-	-	-
Sobepe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.407	-	-	-	-
Politécnico	-	-	-	-	-	7.600	-	-	-	-	-	-	-	-
Unicuritiba	398	-	-	-	-	6.400	-	959	-	-	-	-	285	-
AMC	3.487	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Catalana	171	-	-	-	-	23.268	-	255	-	-	-	-	19.918	-
ISCP	9.318	-	-	-	3.990	-	(242)	21.661	-	-	-	10.446	-	-
Unifacs	2.562	-	-	-	1.196	-	(39)	38.077	-	-	-	3.686	-	-
Inspirali Brasil	-	-	57.626	-	-	-	(42.672)	135	-	86.349	-	1.040	-	-
Rede educacional	6.326	1.607	-	-	16	-	-	15.523	9.200	-	-	5.195	-	-
Gama Academy (c)	-	-	-	-	-	-	1.132	-	18.000	-	-	-	-	-
IBMR	4.284	-	-	-	656	8.003	-	13.645	-	-	-	4.468	4.803	-
SOCEC	3.743	-	-	-	-	-	-	6.228	-	-	-	1.840	-	-
ASPEC	10.585	-	-	-	7	-	-	6.829	-	-	-	1.250	-	-
Agas Educação	2.610	-	-	-	106	-	(280)	2.205	-	-	-	666	-	-
Outros	7.558	7.306	-	-	13	-	(807)	21.624	7.294	-	-	3.602	13.874	-
Total	57.935	14.600	57.626	1.583	41.176	122.323	(47.319)	179.243	85.806	103.937	1.583	60.144	271.793	663

	Consolidado													
	31/12/2023							31/12/2022						
	Ativo			Passivo				Ativo			Passivo			
	Contas a receber	Mútuo	Outros	Fornecedores	Dividendos a pagar	Mútuo	Resultado	Contas a receber	Mútuo	Outros	Fornecedores	Dividendos a pagar	Mútuo	Resultado
Instituto Ânima (b)	-	5.747	1.583	-	-	-	388	-	10.896	1.583	-	-	-	663
Gama Academy (c)	-	-	-	-	-	-	1.132	-	18.000	-	-	-	-	-
DNA Capital (d)	-	-	-	-	17.637	-	-	-	-	-	-	28.782	-	-
Outros	336	7.308	-	168	4.071	73	1.176	335	7.293	-	167	1.426	148	-
Total	336	13.055	1.583	168	21.708	73	2.696	335	36.189	1.583	167	30.208	148	663

- (a) Refere-se principalmente ao rateio dos gastos da Companhia para suas controladas.
- (b) Refere-se, principalmente, a empréstimos concedidos para fomentar projetos que visam desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino. O valor deverá ser pago, após o período de carência de 38 meses, conforme aditivo contratual datado de outubro de 2019. O Instituto Ânima poderá amortizar a qualquer momento o saldo devedor. Foi reconhecida, no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, perda por *impairment* referente a 50% do saldo em aberto.
- (c) Saldo de mútuo com Gama foi registrado como perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (nota explicativa 10).
- (d) Saldo refere-se ao dividendo proposto pela Inspirali a ser pago à DNA Capital.

24.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo	7.973	9.381	9.938	13.545

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros).

Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.182.272	2.004.155	1.711.786	4.898.213
Fornecedores	176.692	-	-	176.692
Contas a pagar por aquisições	30.851	23.285	49.949	104.085
Arrendamentos a pagar	144.371	242.838	916.756	1.303.965
Derivativos	4.156	6.450	22.646	33.252
Em 31 de dezembro de 2022:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.317.029	2.106.291	2.330.754	5.754.074
Fornecedores	209.813	-	-	209.813
Contas a pagar por aquisições	116.762	139.158	119.157	375.077
Arrendamentos a pagar	310.671	626.653	1.731.638	2.668.962
Derivativos	2.623	6.997	11.369	20.989

(b) Risco de crédito – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

(i) Contas a receber: A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é usualmente bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Companhia e suas controladas estão sempre implementando medidas em busca de reduzir o saldo de valores vencidos. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado.

(ii) Instrumentos financeiros: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência *Fitch Rating* (nota explicativa 25.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	62	201.240	139.411	422.431
Aplicações financeiras	5	99.807	280.517	845.057	1.054.199
Contas a receber/Contas a receber de partes relacionadas	6/24	57.935	179.243	766.857	849.414
Adiantamentos diversos		1.356	4.308	31.489	55.260
Créditos com partes relacionadas	24	14.600	85.806	13.055	36.189
Total		173.760	751.114	1.795.869	2.417.493

(c) Risco de mercado – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

(i) Risco de câmbio - A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Companhia previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação foi designada como hedge de valor justo.

(ii) Risco de juros - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a alguns indexadores (nota explicativa 14). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros. Para a segunda série da 4ª emissão de debêntures a Companhia contratou um *SWAP* para garantir a taxa de juros fixada em CDI + 2,08% a.a., se protegendo assim de variações na inflação (a curva ativa do *SWAP* é IPCA + 8,0481% a.a.)

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora e consolidado							
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor	Cotação contratada	Ajuste valor justo	Taxa contratada	Taxa SWAP
28/03/2020	15/03/2028	40.000	193.653	5,5073	27.232	Libor +2% a.a.	CDI + 0,87% a.a.
28/12/2022	13/12/2029	-	215.279	-	6.020	IPCA+8,0481% a.a.	CDI + 2,08% a.a.
Total		40.000	408.932		33.252		
Passivo Circulante					4.156		
Passivo Não Circulante					29.096		

As taxas de juros contratadas nos instrumentos de crédito que originaram os derivativos listados acima estão demonstradas na nota explicativa 14.

25.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

Em relação aos *covenants*, os cálculos dos indicadores são especificados em cada contrato (nota explicativa 14), sendo estes, também, avaliados periodicamente pela companhia, a fim de atender aos requisitos contratuais estabelecidos.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.558.896	1.846.754	3.797.102	4.110.161
Arrendamentos a pagar	12	-	-	1.303.966	1.506.698
Contas a pagar por aquisições	16	-	11.814	93.839	274.387
Derivativos	25.1	33.252	20.989	33.252	20.989
Caixa e equivalentes de caixa	5	(62)	(201.240)	(139.411)	(422.431)
Aplicações financeiras	5	(99.807)	(280.517)	(845.057)	(1.054.199)
Dívida líquida (a)		<u>1.492.279</u>	<u>1.397.800</u>	<u>4.243.691</u>	<u>4.435.605</u>
Patrimônio líquido		2.404.485	2.763.347	2.404.485	2.763.347
Dívida total (b)		3.896.764	4.161.147	6.648.176	7.198.952
Índice de alavancagem financeira [(a)/(b)]		<u>38%</u>	<u>34%</u>	<u>64%</u>	<u>62%</u>

25.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa 14), trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado.

A taxa média de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2023, foi de 12,26% (14,11%, em 31 de dezembro de 2022).

Os valores justos estimados são como seguem:

		Controladora			
		31/12/2023		31/12/2022	
	Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.590.023	1.558.896	1.889.247	1.846.754
Contas a pagar por aquisições	16	-	-	11.814	11.814
Derivativos	25.1	33.252	33.252	20.989	20.989
Total		1.623.275	1.592.148	1.922.050	1.879.557

		Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
	Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	3.855.353	3.797.102	4.229.639	4.110.161
Arrendamentos a pagar	12	1.303.966	1.303.966	1.506.698	1.506.698
Contas a pagar por aquisições	16	104.085	93.839	278.796	274.387
Derivativos	25.1	33.252	33.252	20.989	20.989
Total		5.296.656	5.228.159	6.036.122	5.912.235

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

25.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contrapartes sem classificação externa de crédito	57.935	179.243	766.857	849.414
	57.935	179.243	766.857	849.414
Caixas e Bancos				
Caixa	26	27	244	199
Bancos				
AAA (i)	4	1	39.141	12.564
AA+ (i)	-	21	11	14.513
AA (i)	-	-	-	-
A- (i)	26	3	1.746	2.013
	56	52	41.142	29.289
Aplicações financeiras - (operações e investimento)				
AAA (i)	-	366.306	856.477	1.005.141
AA (i)	-	95.389	-	263.783
A- (i)	99.813	20.010	86.849	178.417
	99.813	481.705	943.326	1.447.341

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

26 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 11,65% (divulgada pela CETIP), INPC – 3,71%, IPCA – 4,62%, IGPM – 3,18% (divulgados pelo IBGE), TJLP – 6,55% (divulgada pela IDG) e TR – 1,76% (divulgada pelo BACEN)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

			Controladora			
			31/12/2023			
	Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(99.813)	(11.628)	(14.535)	(17.442)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	1.504.846	175.315	219.143	262.972
Derivativos	CDI	Alta do CDI	33.252	3.874	4.842	5.811
Exposição líquida - perda			1.438.285	167.561	209.450	251.341

Consolidado						
31/12/2023						
	Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(943.326)	(109.897)	(137.372)	(164.846)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	3.743.040	436.064	545.080	654.096
Derivativos	CDI	Alta do CDI	33.252	3.874	4.842	5.811
Contas a pagar por aquisições	CDI	Alta do CDI	715	83	104	125
Contas a pagar por aquisições	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	11.089	190	238	286
Contas a pagar por aquisições	INPC	Alta do INPC	54.270	2.013	2.517	3.020
Contas a pagar por aquisições	IPCA	Alta do IPCA	16.387	757	946	1.136
Outros passivos - Bolsas PROIES a conceder	Selic	Alta da Selic	102.423	12.035	15.043	18.052
Exposição líquida - perda			3.017.850	345.119	431.398	517.680

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual por termos menos aplicações do que empréstimos e títulos a pagar.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

27 COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

28 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Perda por aumento de capital na VC Network com ágio desproporcional	103.947	-	103.947	-
Reflexo do ganho da Inspitali por aumento de capital na VC Network com ágio desproporcional	77.960	-	77.960	-
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	1.910	66.541	2.545	67.729
Aquisição de ações dos acionistas não controladores	2.773	-	2.773	-
Dividendos da Inspiral convertidos em adiantamento para futuro aumento da capital na VC Network	197.904	-	-	-
Dividendos da Sobepe convertidos em adiantamento para futuro aumento da capital na VC Network	17.407	-	-	-
Aumento de capital na VC Network realizado com adiantamento para futuro aumento de capital	192.543	-	-	-
Redução de capital na Rede compensada com débito de partes relacionadas	171.386	-	-	-
Transferência de imobilizado para Ativos mantidos para venda	-	-	39.306	-
Realização da remuneração baseada em ações	12.921	7.479	12.921	7.479
Reflexo remuneração baseada em ações	-	5.462	-	626

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1 Alteração em participação da DNA Capital na Inspirali Brasil

Em 16 de fevereiro de 2024, a DNA Capital Consultoria Ltda. firmou um termo de ajuste de participação societária, o qual implica em um ajuste equivalente a 0,99% junto à Inspirali S.A., controlada da Ânima Holding S.A., levando a DNA Capital a uma participação total no capital da Inspirali Brasil de 25,99%.

O ajuste supracitado decorre do aumento na dívida líquida por parte da Inspirali Brasil, divergindo da composição de dívida líquida alinhada no fechamento de 31 de março de 2022, conforme acordo de investimento firmado entre as partes.

Relatório Anual 2023

Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Anima Holding S.A

1. Apresentação

O presente documento tem o objetivo de apresentar os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Anima Holding S.A. (“Empresa”) durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos (“Comitê” ou “Comitê de Auditoria”) foi constituído em 18 de julho de 2019 como um órgão não estatutário, de caráter permanente, dotado de autonomia operacional e orçamentária cuja função primordial é oferecer assessoria ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria não detém autonomia decisória, exceto em situações em que haja delegação expressa pelo Conselho de Administração ou que estejam incluídas entre os requisitos do Estatuto Social. O Regimento Interno do Comitê de Auditoria foi atualizado em 30 de dezembro de 2020 e estabelece as diretrizes de funcionamento do Comitê, bem como detalhes adicionais sobre suas atribuições listadas no Estatuto Social da Empresa. Compete ao Comitê de Auditoria as seguintes responsabilidades:

- i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Empresa em relação às estratégias, políticas e práticas adotadas ou a serem adotadas pela Empresa relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- ii) analisar e emitir recomendações de melhores práticas sobre o funcionamento do modelo de governança corporativa adotado pela Empresa;
- iii) acompanhar a contínua aderência da Empresa, conforme aplicável, à legislação de direito societário, de mercado de capitais e regulatória dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários;
- iv) analisar e acompanhar o cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas;
- v) avaliar e monitorar a elaboração e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos da Empresa (Conformidade), incluindo questões relacionadas ao canal de conduta e ao programa de integridade;
- vi) recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição dos serviços de auditoria independente;
- vii) supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna;
- viii) analisar e avaliar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias, demonstrações financeiras consolidadas e quaisquer outros relatórios e documentos contábeis elaborados;
- ix) acompanhar as questões legais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou quaisquer outras contingências.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos manteve sua composição de três membros independentes, todos sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades que os administradores da Empresa, nos termos do art. 160 da Lei nº 6.404/76. A composição atual do comitê envolve os seguintes membros:

- Coordenadora e Membro: Paula Harraca
- Membro e especialista financeiro: Edgar Jabbour
- Membro: Roberta da Silva
- Secretário: João Rezende

3. Atividades desenvolvidas em 2023

Em 2023, o Comitê realizou 21 reuniões previstas em seu calendário anual, sendo que 4 delas foram realizadas de forma conjunta com o Conselho Fiscal da Empresa. O Comitê de Auditoria reporta suas atividades por meio de relatos apresentados pela coordenadora do Comitê em todas as reuniões ordinárias do Conselho de Administração, ocasião em que são prestados esclarecimentos e oferecidas recomendações para a revisão e aprovação do Conselho quanto aos assuntos de sua competência conforme o regimento específico. As principais atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no período seguem abaixo:

a. Governança

O Comitê de Auditoria revisou e recomendou a aprovação de políticas internas e de documentos legais e regulatórios da Empresa destinados ao atendimento de obrigações de conformidade. A título de exemplo, o Comitê de Auditoria apoiou o processo de elaboração do Formulário de Referência e o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa da Empresa, arquivados na CVM.

b. Auditoria Interna

O Comitê recomendou ao Conselho de Administração a aprovação do Plano Anual de auditoria interna proposto pela área e monitorou sua execução a partir dos relatórios periódicos encaminhados por ela, sugerindo e aprovando adequações ao Plano e à estrutura da área, a fim de otimizar e dar mais eficácia aos trabalhos da Auditoria Interna sempre que necessário. O Comitê avaliou e discutiu os resultados e conclusões dos relatórios e atividades realizadas, em alguns casos com as respectivas áreas envolvidas, e os reportou ao Conselho de Administração.

c. Auditoria Externa

O Comitê de Auditoria se reuniu 4 vezes com os auditores externos (EY) a fim de se informar sobre: a) o plano anual de trabalho e as principais áreas de riscos, b) os trabalhos relacionados ao ambiente de controles internos, c) os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras trimestrais e anual, e d) avaliar a qualidade dos serviços prestados e e) assegurar sua independência no exercício de suas funções f) acompanhamento período da execução da auditoria externa. Os resultados dos trabalhos realizados foram formalizados nos relatórios periódicos das demonstrações financeiras trimestrais e os respectivos ajustes e recomendações de melhorias propostas pelos auditores externos foram examinadas pelo Comitê em conjunto com o Conselho Fiscal da Empresa.

d. Riscos e Controles Internos

Os assuntos associados às áreas de Riscos Corporativos e Controles Internos da Companhia estiveram em pauta em diversas reuniões regulares do Comitê de Auditoria ao longo do ano, durante as quais os riscos críticos da Organização foram revisados e discutidos. Além disso, foram

discutidas e encaminhadas as recomendações emitidas pelo auditor externo que envolvem o ambiente de controle interno da Companhia. Além disso, garantiu-se também que esses processos e documentos estivessem em conformidade com a legislação brasileira e do mercado de capitais vigente, com o objetivo de assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras da Empresa.

e. Conformidade

Durante o monitoramento da eficácia dos processos de Conformidade, o Comitê de Auditoria abordou tópicos relacionados à área em diversas reuniões regulares do ano, concentrando-se principalmente (i) no acompanhamento da evolução e atualização do programa de Ética e Integridade da Empresa (ii) na revisão de políticas globais, incluindo a política de compliance, conflito de interesses e partes relacionadas (iii) no acompanhamento das atividades do canal de denúncias, principais indicadores relacionados às denúncias registradas, bem como a aplicação de consequências, quando necessário. Adicionalmente, o Comitê colaborou com a discussão associada a aspectos regulatórios e efetuou recomendações ao Conselho de Administração quando aplicável.

f. Relatórios Financeiros

Uma das principais responsabilidades do Comitê de Auditoria é avaliar a qualidade das demonstrações financeiras da Empresa, observando os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, bem como os padrões contábeis internacionalmente reconhecidos. Ao longo do ano, todas as reuniões incluíram a apresentação e discussão de temas relacionados ao desempenho da Empresa e ao registro adequado nas demonstrações financeiras.

4. Parecer do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras Anuais

Os membros do Comitê de Auditoria da Anima Holding S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam à revisão e análise das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, juntamente com o relatório da Administração e o relatório dos Auditores Externos. Com base nas conclusões apresentadas pela Empresa e pelos Auditores Externos, o Comitê de Auditoria recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras anuais da Empresa. Este Relatório Anual do Comitê de Auditoria da Anima Holding S.A. foi preparado pelo Comitê de Auditoria e submetido à aprovação pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2024.

São Paulo, 20 de março de 2024.

Paula Harraca
Conselheira Independente do Conselho de Administração
Coordenadora do Comitê de Auditoria

Edgar Jabbour
Membro Independente do Comitê de Auditoria

Roberta da Silva
Membro Independente do Comitê de Auditoria



Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

**REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO COMITÊ DE AUDITORIA, GOVERNANÇA
E GESTÃO DE RISCOS (CAR) E DO CONSELHO FISCAL (CF) - 2024**

DATA, HORA E LOCAL: Iniciada em 20 de março de 2023, às 14:30 horas, presencialmente e transmitida por videoconferência, e encerrada em 25 de março de 2024.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Os membros do Conselho Fiscal da Companhia foram devidamente convocados nos termos do seu Regimento Interno. Presente a totalidade dos membros do Conselho Fiscal: Carla Alessandra Trematore, Bruno Meirelles Salotti e Orestes Fontana Romeiro. Presentes também (i) Paula Harraca e Edgar Jabbour, membros do CAR; (ii) Marina Oehling Gelman, Átila Simões da Cunha, Willy Freitas, Mary Mousinho, Márcia Gibosky, Ester Rossi, Fernando Bezerra, Heleno Carlos Fernandes e Paula Leite Franco Salomão, representantes da Companhia; e (ii) Tomas Menezes e Susanne Murta, representantes da Ernst Young Auditores Independentes S.S. Ltda. (EY).

MESA: Carla Alessandra Trematore – Presidente.
Paula Leite Franco Salomão – Secretária.

ORDEM DO DIA: (1) Examinar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e (2) *Release* de Resultados do exercício 2023.

MATÉRIAS APRECIADAS: (1) Examinadas e discutidas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, previamente disponibilizados aos membros do Conselho Fiscal; (2) apresentação dos trabalhos realizados pelos Auditores Independentes EY, substancialmente finalizados; e (3) discussão do *relaease* dos resultados do exercício 2023.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS: A presente reunião foi suspensa até o dia 25 de março de 2024, para atualização sobre (1) a aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração; e (2) conclusão dos trabalhos e emissão do Relatório dos Auditores Independentes.

DELIBERAÇÕES DO CONSELHO FISCAL: Após reinício dos trabalhos, os membros do Conselho Fiscal, tendo tomado conhecimento da aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia e recebido o Relatório dos Auditores Independentes, emitiram o Parecer reproduzido abaixo:



Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

“PARECER DO CONSELHO FISCAL”

“O Conselho Fiscal da **Ânima Holding S.A. (“Companhia”)**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados e, considerando o relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.”

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, devidamente aprovada pelos Conselheiros presentes, que constituem a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

São Paulo, 25 de março de 2024

Carla Alessandra Trematore

Presidente

Paula Leite Franco Salomão

Secretária

Bruno Meirelles Salotti

Conselheiro

Orestes Fontana Romeiro

Conselheiro